

---N.º 12/2023 ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE DEZANOVE DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS.-----

--- Aos dezanove dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e três, nesta cidade de Vila Nova de Famalicão, reuniu, extraordinariamente, no seu salão, para continuação da sessão de dezoito de dezembro, a Assembleia Municipal deste concelho, com a seguinte:-----

-----ORDEM DE TRABALHOS-----

---QUINTO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE CONCURSO LIMITADO POR PRÉVIA QUALIFICAÇÃO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL, PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA DOS EDIFÍCIOS DOS PAÇOS DO CONCELHO, DAS OFICINAS GERAIS E DO MUSEU FERROVIÁRIO DE LOUSADO, E AUTORIZAR A NECESSÁRIA E DEVIDA ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL ATÉ AO VALOR GLOBAL DE 780.960,96€ (SETECENTOS E OITENTA MIL, NOVECENTOS E SESSENTA EUROS E NOVENTA E SEIS CÊNTIMOS), ACRESCIDO DE IVA À TAXA LEGAL EM VIGOR, PARA EFEITOS DO DISPOSTO NOS N.ºS 1 E 6 DO ARTIGO 22.º DO DECRETO-LEI N.º 197/99, DE 8 DE JUNHO. TUDO NOS TERMOS DA RESPECTIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---SEXTO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DO CONCURSO PÚBLICO DE LEASING PARA AQUISIÇÃO DE VIATURA ELÉTRICA - ADJUDICAÇÃO, E APROVAÇÃO DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS ATÉ AO VALOR GLOBAL DE 31.156,88€ (TRINTA E UM MIL, CENTO E CINQUENTA E SEIS EUROS E OITENTA E OITO CÊNTIMOS) AO ABRIGO DA ALÍNEA B) DO N.º 1 DO ART.º 22º DO DL 197/99, DE 8 DE JUNHO, DA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6º DA LEI N.º 8/12, DE 21

DE FEVEREIRO, E DO ARTIGO 12º DO DECRETO-LEI Nº 127/12, DE 21 DE JUNHO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---**SÉTIMO PONTO** – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DO REGULAMENTO DE UTILIZAÇÃO DOS PARQUES DE ESTACIONAMENTO - FIM DO PERÍODO DA CONSULTA PÚBLICA. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

---**OITAVO PONTO** – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DO REGULAMENTO DE EXPLORAÇÃO DE MODALIDADES AFINS DE JOGOS DE FORTUNA OU AZAR DO MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -

---**NONO PONTO** – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DESAFETAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO AFETA AO DOMÍNIO PÚBLICO E AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO, COM A ÁREA DE 1.319,57M2, SITA NA RUA DE PORTEMIÃO, FREGUESIA DE FRADELOS. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)----

---**DÉCIMO PONTO** – CONHECIMENTO E APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DA COMISSÃO DE REVISÃO DO REGIMENTO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA GLOBAL DAS ALTERAÇÕES AO REGIMENTO. (GRELHA E) -----

-----**CONVOCATÓRIA/ADITAMENTO**-----

---**DÉCIMO PRIMEIRO PONTO** – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONTRATO DE ARRENDAMENTO PARA INSTALAÇÃO DE UM ESPAÇO DESTINADO APOIAR OS PROJETOS E AS ATIVIDADES DO SERVIÇO DE GESTÃO E ACOMPANHAMENTO DAS URBANIZAÇÕES MUNICIPAIS. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

---**DÉCIMO SEGUNDO PONTO** – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VIA DISTRIBUIDORA SECUNDÁRIA PREVISTA NO PLANO DIRETOR MUNICIPAL (U.F DE VILA NOVA DE FAMALICÃO E CALENDÁRIO E BRUFE) - ESTUDO PRÉVIO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---**DÉCIMO TERCEIRO PONTO** – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DO PROJETO DE REGULAMENTO DOS PROJETOS DE INVESTIMENTO DE INTERESSE MUNICIPAL - FIM DO PRAZO DA APRECIÇÃO PÚBLICA. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

--- A Mesa, presidida por João Nuno Lacerda Teixeira de Melo e secretariada por Luís Ângelo Rodrigues Oliveira e Susana Patrícia da Silva Ferreira, verificou a existência de "quórum" e assinalou as seguintes presenças e faltas:-----

---ADELINO SILVA COSTA -----

---ÁLVARO MARTINS AZEVEDO-----

---ANTÓNIO AFONSO ARAÚJO REBELO-----

---ANTÓNIO EMÍDIO BRANDÃO DE PINHO-----

---ANTÓNIO FERNANDO SANGUEDO MEIRELES-----

---ANTÓNIO FRANCISCO COSTA OLIVEIRA-----

---ANTÓNIO JORGE VIEIRA AMARAL-----

---ANTÓNIO JOSÉ DINIS PEREIRA-----

---ANTÓNIO MANUEL CARVALHO GOMES-----

---ARMINDO FERNANDES GOMES-----

---ARMINDO MANUEL SAMPAIO MOURÃO-----

---BERNARDINO GOMES MARTINS-----

---BRUNO JOAQUIM TORRES PINHEIRO CUNHA-----

---CAMILO DE LELLIS SERRANO GARCIA DE ARAÚJO-----
---CARLOS ALBERTO COSTA FERNANDES -----
---CARLOS ALBERTO COSTA GOMES -----
---CARLOS MANUEL MARTINS VALENTE -----
---CARMEM RODRIGUES ARAÚJO-----
---CECÍLIA MARIA CARVALHO MARTINS -----
---CÉLIA CRISTINA PEREIRA MACHADO-----
---CLÁUDIA ISABEL NOGUEIRA ARAÚJO—FALTA-JUSTIFICADA-----
---CLÁUDIO JOSÉ MONTEIRO CADEIA -----
---DANIELA FILIPA MACHADO TORRES-----
---DUARTE ANTENOR SILVA VEIGA-----
---ELISA MARIA DOMINGUES DA COSTA -----
---FÁTIMA SANDRA SILVA MARTINS ARAÚJO-----
---FERNANDO JORGE FERREIRA SILVA -----
---FIRMINO VILA VERDE COSTA -----
---FRANCISCO JOSÉ NOGUEIRA GONÇALVES-----
---FRANCISCO RODRIGUES SÁ -----
---GERMANO ANTÓNIO SILVA ARAÚJO-----
---JOÃO NUNO LACERDA TEIXEIRA DE MELO-----
---JOÃO PEDRO RODRIGUES FONSECA CASTRO -----
---JORGE JOAQUIM DOMINGUES COSTA-----
---JORGE PAULO SILVA OLIVEIRA -----
---JOSÉ CARLOS SILVA LIMA -----
---JOSÉ JOAQUIM OLIVEIRA MACHADO -----
---JOSÉ LUÍS SAMPAIO ALVES-----
---JUDITE CELESTE RIBEIRO COSTA-----

---LAURINDA DA COSTA MACIEL-----
---LEONEL AGOSTINHO AZEVEDO ROCHA-----
---LILIANA MARIA MARQUES RIBEIRO-----
---LUCA CARNEIRO PINHAL-----
---LUÍS ÂNGELO RODRIGUES OLIVEIRA-----
---LUÍS ANTÓNIO FERREIRA MIRANDA DA SILVA-----
---MANUEL ANTÓNIO MOREIRA DA SILVA-----
---MANUEL FRANCISCO CARVALHO OLIVEIRA-----
---MANUEL JOÃO FERNANDES NASCIMENTO-----
---MANUEL JOAQUIM FARIA SILVA-----
---MANUEL LIMA SOARES-----
---MANUEL NOVAIS OLIVEIRA—FALTA-JUSTIFICADA-----
---MANUEL SILVA ALVES-----
---MARIA ESTELA SÁ VELOSO CARDONA-----
---MARIA ISABEL DA CUNHA FREITAS SILVA-----
---MARTA ISABEL DA SILVA AZEVEDO-----
---MÓNICA ANDREIA MOREIRA AZEVEDO FARIA-----
---PAULA MARIA RODRIGUES COSTA AZEVEDO-----
---PAULO CÉSAR GONÇALVES MARINHO PINTO-----
---PAULO JORGE BARBOSA OLIVEIRA-----
---PEDRO JORGE SOUSA SANTOS-----
---PEDRO TIAGO SILVA OLIVEIRA-----
---RICARDO GABRIEL MENDES VALE-----
---RICARDO JOSÉ MESQUITA CARVALHO COSTA-----
---RICARDO MIGUEL REGO MESQUITA-----
---RUI MIGUEL PEREIRA DOS SANTOS-----

---RUI PEDRO PACHECO ALVES-----

---SUSANA PATRÍCIA SILVA FERREIRA -----

---TÂNIA DANIELA CARVALHO SILVA -----

---TOMÁS MANUEL CUNHA E SOUSA -----

--- Verificado o quórum deu-se início à Ordem de Trabalhos. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

---**QUINTO PONTO** – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE CONCURSO LIMITADO POR PRÉVIA QUALIFICAÇÃO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL, PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA DOS EDIFÍCIOS DOS PAÇOS DO CONCELHO, DAS OFICINAS GERAIS E DO MUSEU FERROVIÁRIO DE LOUSADO, E AUTORIZAR A NECESSÁRIA E DEVIDA ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL ATÉ AO VALOR GLOBAL DE 780.960,96€ (SETECENTOS E OITENTA MIL, NOVECENTOS E SESSENTA EUROS E NOVENTA E SEIS CÊNTIMOS), ACRESCIDO DE IVA À TAXA LEGAL EM VIGOR, PARA EFEITOS DO DISPOSTO NOS N.ºS 1 E 6 DO ARTIGO 22.º DO DECRETO-LEI N.º 197/99, DE 8 DE JUNHO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

---**JORGE COSTA (PS)** – Eu antes de fazer a minha intervenção gostava de fazer uma pergunta apesar da Câmara ter prescindido, a tentar perceber por que é que estão aqui três 3 anos na abertura do concurso, 2024, 2025 e 2026. Se há algum motivo que justifique esta inclusão de 3 anos, a Câmara quer fazer alguma explicação, então eu para já prescindo da intervenção para ouvir a explicação por parte da Câmara Municipal.-----

---**VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Essa inclusão é seguramente técnica, sendo que estes contratos são ano a ano, a Câmara pode nos termos referidos no

caderno de encargos e depois no contrato e na adjudicação do serviço pode renovar ou não renovar.-----

---**JORGE COSTA (PS)** – Muito obrigada pela sua explicação senhor Vice-presidente, mas era isto que eu temia. Aparentemente um assunto inócuo demonstra um problema político grave, que é a soberba desta maioria convencida que já ganhou em 2025, porque estamos a falar de contratos para um ano a seguir às eleições. Eu lembro sobre isso um episódio histórico de um ex-autarca Presidente de Junta, que disse, isto das eleições, as eleições estão ganhas, eu meto o meu cão ele ganha está tudo resolvido, e perdeu senhor Vice-presidente. A Câmara estar a fazer em 2023 e lançar concursos com obrigações para um período em que se calhar não vai ser Câmara, numa matéria de gestão corrente como escolha de segurança não é bonito, é uma soberba *farisaica* que mostra que a Câmara está convencida que já ganhou as eleições em 2025. Só que isso, caríssimos, depende de uma cruzinha dos famalicenses que a cada dia que passa estão mais desencantados convosco, é triste Vossas Excelências acharem que nem vai ser preciso ir a eleições está tudo decidido. Veja se não acontece como o outro! -----

---**TÂNIA SILVA (CDU)** – O capitalismo liberal cria oportunidades de negócio onde elas não existiam, se não houver necessidade de um determinado negócio, cria-se essa necessidade, o que importa é lucrar. Um dos melhores exemplos é a proliferação de serviços de segurança privada, um pouco por todo o lado. Seguramente, todos nos recordamos de um tempo, não vai assim há tantos anos, em que não havia serviços de segurança privada, tínhamos vigilantes, porteiros, e guardas noturnos que faziam parte do quadro das empresas, da mesma forma, o município assegurava estes serviços com funcionários municipais. Esta era a realidade até à regulamentação da segurança privada. E sem que houvesse qualquer tipo de vaga de criminalidade, de insegurança, de desrespeito pelas entidades e propriedades, de repente temos seguranças privados em todo o lado, um negócio que representou em 2021 um volume de 945 milhões de euros.

Assim, se por um lado defendemos que o município devia assegurar estas funções através de outros mecanismos, com quadros do município, por outro lado não podemos deixar de questionar o elevado valor para estes serviços de segurança mínimos, 781 mil euros por três anos. Pelo exposto a CDU votará contra.-----

---VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Apenas uma pequena reflexão acerca daquilo que disse o senhor Deputado, Jorge Costa. Relativamente aos compromissos assumidos por um executivo isto é democrático, é a democracia que funciona. Vejamos agora, por exemplo, estas delegações de competências do estado Central para os Municípios. O Estado firmou com várias empresas fornecedoras de serviços um valor, em alguns casos substancialmente superior àquele que a Câmara consegue através dos seus procedimentos concursais, alguns serviços que irão tramitar automaticamente para a responsabilidade das Câmaras, no dia 1 de janeiro de 2024 no caso concreto da Saúde e nós temos que pagar porque é assim que as coisas se fazem. Neste caso em concreto, a Câmara Municipal tratando-se de concursos públicos internacionais e permite que, imaginemos que em 2025 o PS ganharia as eleições o que não irá acontecer, é só nos seus sonhos e depois bate com a mão na mesinha de cabeceira e infelizmente acorda é isso que acontece. Agora relativamente a esta matéria após 5 meses pode não estar é a vontade dos cidadãos, é a democracia e vocês convivem mal com a democracia, mas é de facto, a democracia funciona com os votos e funciona com a assunção e cumprimento dos compromissos. O senhor Deputado foi Vereador, acha que o Dr. Agostinho Fernandes à altura não deixou compromisso e contratos firmados, deixou inclusive e recordo-me à altura que era Deputado Municipal, uma dívida superior àquilo que era o montante orçamentado para um ano económico da Câmara Municipal para um orçamento, portanto, nesse capítulo senhor Deputado eu sei e recordo-me nessa altura estava desse lado, recordo-me perfeitamente dessa matéria e foram cumpridos, não veio ninguém bater à porta do Dr. Agostinho Fernandes a dizer

olhe quem veio a seguir não pagou, pagaram-se os compromissos. No caso em concreto e referindo-lhe mais uma vez, que subscrevi esta proposta porque é um Pelouro que me é atribuído, nem sequer opinei acerca dos procedimentos que são atinentes aos mesmos, nem relativamente aos cadernos de encargos, isto tem um gestor de contrato que resolve e temos um Departamento de Contratação Pública, quem pensa que eventualmente na Câmara de Famalicão, acredito que noutras Câmaras será possível umas Câmaras de dimensão mais reduzida, alguém ponha a cabeça de fora e diga assim vai ser para o “fulano y “, isso não existe hoje em dia. A atividade das Câmaras está de tal forma sindicada que não existe, essa matéria não existe, existe e o senhor sabe em algumas situações também não existe no Governo, mas existem algumas pessoas que nunca geriram a coisa pública, gerem os processos e pensam que isto pode acontecer, mas não pode. Portanto, relativamente a esta matéria, se eventualmente existir uma insatisfação, uma insolvência, existe a possibilidade de nos termos contratuais extinguir ou proporcionar a extinção do contrato e abrir um novo, portanto um novo procedimento que seguramente a maioria irá ser renovada em 2025, se eventualmente não estiver satisfeita e tiver outros protagonistas lá o fará dessa forma.-----

---Relativamente àquilo que a senhora Deputada da CDU disse, nós também gostaríamos muito, o facto é que neste momento nós não conseguimos recursos humanos para fazer isso e vou-lhe explicar porquê, porque alguém que entre na carreira, um assistente operacional, para fazer de porteiro tal como referiu, ou vigilante, recebe cerca de menos 300euros do que Lei obriga a pagar a um vigilante destes, portanto é impossível, neste momento não é apelativo, não é sequer concorrencial, não há hipótese de um organismo público ir contratar com as mesmas armas de uma empresa privada. ---

---**JORGE COSTA (PS)** – Senhor Vice-presidente, antes de mais queria expressar aqui publicamente um Voto de Louvor a Vossa Excelência, que ao contrário do seu chefe não tem medo de falar com a oposição, é bonito, nós gostamos, apreciamos, a política

assim é uma arte dialética em que se conversa e se calhar um dia destes tem de pensar quem passa atrás ou à frente na velha coligação quando for a candidatura. Bom, queria também dizer que o PS vai-se abster, infelizmente o nosso namoro não está tão adiantado, o nosso namoro entre nós e a Professora Tânia não está tão adiantado como hoje foi anunciado entre Montenegro, Passos Coelho e André Ventura, nós ainda estamos numa fase mais incipiente a ver se vamos à geringonça ou não, para vocês está anunciado. Mas devemos de qualquer das formas reconhecer à CDU que nem tudo é mercado, reconhecer mérito na intervenção da CDU que nem tudo é mercado. Eu às vezes nem quero saber se é mais barato uns trocos um segurança privado ou um porteiro dos serviços públicos, porque é menos uma oportunidade de emprego, é menos estabilidade de emprego e o mercado não dita tudo na explicação da vida social neste mundo. De qualquer das formas, senhor Vice-presidente, naquilo que me trouxe aqui fica clara uma coisa, pode enunciar os factos que quiser, 2026 não é garantido para esta velha maioria, cada dia que passa é menos garantido, seja como for, ainda que o PS como é expectável e como vai acontecer seja a próxima Câmara não vai deixar de pagar as vossas faturas, e vamos ver em sindicância se não deixaram muito mais dívida do que aquela que herdaram, muito mais em termos absolutos milhões acima, de realçar ainda que o partido o Cavaco veio dizer que as contas certas são uma armadilha do PS, mas é o partido das contas certas que irá pagar infelizmente as contas despesistas que aqui e ali vão deixando marca será o PS e nós, palavra dada é palavra honrada, iremos pagar tudo. -----

---**ARMINDO GOMES (CDS)** – Senhor Dr. Jorge Costa, esta história do Presidente da Junta colocar um cão à porta do eleitor para que o cão votasse no senhor Presidente de Junta não sei aonde é que se passou isto, mas é uma falta de respeito uma vez que esse Presidente da Junta certamente não está nesta sala. Porque na sexta-feira foi uma falta de respeito dizer que os Deputados, que os Presidentes da Junta, há trinta anos atrás que

se ausentavam da sala para ir ao café passar tempo até á altura da votação, isso era mau feito e uma falta de respeito. Portanto, o cão, com muito respeito que eu tenho nove cães e muito bem tratados, é uma falta de respeito, não é pelo cão, mas pelo Presidente de Junta que levava o cão à porta do eleitor, para que o cão trouxesse o voto para o eleitor ou para o Presidente de Junta. Não se preocupe com as eleições Autárquicas que a coligação está a fazer um grande trabalho, não é com dinheiro que se compram os votos, é com o trabalho durante 4 anos, você pode vir aqui fazer o *show off* que quiser, os famalicenses podem estar a achar muita graça à senhora que não tinha sono naquela noite, mas hoje tem sono e já não está a ouvi-lo, não tem paciência para o ouvir. Portanto, vir aqui fazer *show off* no púlpito, encostar-se aqui que parece que está a dormir a sesta para castigar estes senhores Deputados e senhores Presidentes de Junta para irem embora de manhã por coisas que não representam nada, trate do trabalho do senhor Deputado e faça um excelente trabalho principalmente na sua Freguesia, a sua Freguesia já foi do partido Socialista e agora está na coligação, é sinal que vocês fizeram um fraco trabalho em Fradelos.-----

---JORGE COSTA (PS) – De uma vez por todas, eu tenho os pés rasos e tenho problemas de equilíbrio e às vezes tenho de me encostar, - alguém fala da bancada, não é possível transcrever porque não é audível – Deputado Jorge Costa responde para a bancada, o senhor é um parvo!-----

---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (NUNO MELO) – Senhor Deputado, Jorge Costa, desculpe, não ouvi e acabou, agradecia que se sentasse por favor.-----

---JORGE COSTA (PS) – O senhor Presidente ouviu o que este senhor disse?-----

---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (NUNO MELO) – Senhor Deputado, não ouvi e estou-lhe a pedir que se sente. Senhor deputado Armindo Gomes, senhor Deputado Jorge Costa, eu não tenho nenhuma intenção de dar lições a pessoas

que são adultas, mas chamava-lhes à atenção que estas sessões são transmitidas em direto e o que aqui fazemos é visto fora e deve ser tido como exemplo. E, portanto, eu pedia-lhes, independentemente da emotividade que muitas vezes é forte no tal discurso que é dialético que tivessem isso em conta e pusessem gelo nos pulsos se for preciso, e dito isto, vamos continuar os trabalhos, vamos ter isto à conta do incidente eu tenho a certeza que nem um nem outro que se conhecem há muitos anos, nem um nem outro tiveram a intenção de se ofender reciprocamente, eu pedia que parassem um bocadinho, eu pedia por favor que continuássemos com serenidade, meditassem sobre o sinal que estamos a dar para fora, somos eleitos pelos Municípes de Famalicão e devemos estar à altura, enfim, daquilo que representamos. Dito isto, se mais ninguém se inscrever eu vou colocar a votação este Ponto Cinco da Ordem de Trabalhos. -----

---POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE CONCURSO LIMITADO POR PRÉVIA QUALIFICAÇÃO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL, PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA DOS EDIFÍCIOS DOS PAÇOS DO CONCELHO, DAS OFICINAS GERAIS E DO MUSEU FERROVIÁRIO DE LOUSADO, E AUTORIZAR A NECESSÁRIA E DEVIDA ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL ATÉ AO VALOR GLOBAL DE 780.960,96€ (SETECENTOS E OITENTA MIL, NOVECENTOS E SESSENTA EUROS E NOVENTA E SEIS CÊNTIMOS), ACRESCIDO DE IVA À TAXA LEGAL EM VIGOR, PARA EFEITOS DO DISPOSTO NOS N.ºS 1 E 6 DO ARTIGO 22.º DO DECRETO-LEI N.º 197/99, DE 8 DE JUNHO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. -----

--- DISCUTIDO O ASSUNTO, FOI DELIBERADO, POR MAIORIA, COM OS VOTOS A FAVOR, DO PSD, DO CDS/PP, DO CHEGA, DOS PRESIDENTES DE

JUNTA INDEPENDENTES, A ABSTENÇÃO DO PS E O VOTO CONTRA DA CDU, APROVAR A REFERIDA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL. -----

---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (NUNO MELO) – Senhora Deputada, eu não lhe queria pedir que saísse da sala. Senhor Deputado eu já disse o que tinha a dizer e a sessão tem que continuar e não continuar com bocas de Deputados para Deputados, peço desculpa isto tem regras. Eu estou-lhes a pedir que ajudem a Mesa no seguimento dos trabalhos, se querem falar, se querem conversar têm todo o direito, pedia-lhes que saíssem e trocassem todas as opiniões sobre o que aconteceu, mas aqui dentro os trabalhos têm que continuar e isso não é compatível com bocas de Deputados para Deputados, de Bancada para Bancada, foi sempre assim peço-lhes isso por favor, senhor Deputado, Jorge Costa, peço-lhe por favor. -----

---SEXTO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DO CONCURSO PÚBLICO DE LEASING PARA AQUISIÇÃO DE VIATURA ELÉTRICA - ADJUDICAÇÃO, E APROVAÇÃO DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS ATÉ AO VALOR GLOBAL DE 31.156,88€ (TRINTA E UM MIL, CENTO E CINQUENTA E SEIS EUROS E OITENTA E OITO CÊNTIMOS) AO ABRIGO DA ALÍNEA B) DO Nº 1 DO ART.º 22º DO DL 197/99, DE 8 DE JUNHO, DA ALÍNEA C) DO Nº 1 DO ARTIGO 6º DA LEI Nº 8/12, DE 21 DE FEVEREIRO, E DO ARTIGO 12º DO DECRETO-LEI Nº 127/12, DE 21 DE JUNHO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

---VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – De uma forma muito sucinta e muito rápido, é uma questão operacional, como sabem a Proteção Civil desloca-se com viaturas de maior consumo mais vocacionadas para andar em todo o terreno, mas tem outro tipo de trabalho como administrativo e então por esse mesmo motivo optamos ou há uma opção por parte da equipa da Proteção Civil de se fazer locomover de uma viatura elétrica não tão prejudicial, em vez de se sujeitar aos consumos em primeiro e

depois ao desgaste que este tipo de veículos tem, de uma forma muito sucinta era isso que eu queria dizer. -----

---JORGE COSTA (PS) – Senhor Presidente, aproveitando o momento ainda que eu viesse de cadeira de rodas, tenho um problema de equilíbrio de pés e, portanto, tenho o direito de o ter, se eu estivesse aqui de cadeira de rodas merecia o respeito de todos os que aqui estão. Fiquei livre da tropa em razão dessa deficiência física, não tenho pruridos nenhuns nem vergonha nisso, é um defeito físico que eu assumo e não precisava de assumir, só estou aqui a assumir publicamente esse problema de pés que tenho e não mereço em razão de uma deficiência física ser tratado da forma e humilhado que fui por este senhor deputado, lamento profundamente que o Grupo Municipal do CDS seja liderado por esse deputado. Eu entendo que a política tem de ser inclusiva e aceitar todas as diferenças e todas as pessoas, quem não vai por aí não sabe o que anda a fazer. Ora bem, registar de forma positiva e dar louvor à Câmara por de facto, tomar aqui ou ali passos no sentido da descarbonização, do não uso dos combustíveis fósseis e, portanto, entendemos esta medida como positiva. No entanto, entendemos também que fica muito aquém dos objetivos já satisfeitos por outras Câmaras, das obrigações que a própria Câmara assumiu nos protocolos de cooperação quanto à redução do combustível fóssil e uma viatura em toda a frota da Câmara Municipal, depois daquele esforço de 2020 que, entretanto, foi tudo parado e sustado, é muito pouco para quem se proclama tão amigo do ambiente. Seja como for, é uma opção de natureza executiva, quem ganha deve governar, o PS não obstaculiza que quem ganha governe ainda que apresente as críticas que assim entenda e por isso vamo-nos abster.-----

---VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Senhor Deputado, nós na Câmara Municipal já adquirimos bastantes viaturas com esse propósito, esta neste caso concreto teve que vir aqui porque almejamos que a mesma seja objeto de um financiamento no âmbito da aquisição. -----

---POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DO CONCURSO PÚBLICO DE LEASING PARA AQUISIÇÃO DE VIATURA ELÉTRICA - ADJUDICAÇÃO, E APROVAÇÃO DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS ATÉ AO VALOR GLOBAL DE 31.156,88€ (TRINTA E UM MIL, CENTO E CINQUENTA E SEIS EUROS E OITENTA E OITO CÊNTIMOS) AO ABRIGO DA ALÍNEA B) DO Nº 1 DO ART.º 22º DO DL 197/99, DE 8 DE JUNHO, DA ALÍNEA C) DO Nº 1 DO ARTIGO 6º DA LEI Nº 8/12, DE 21 DE FEVEREIRO, E DO ARTIGO 12º DO DECRETO-LEI Nº 127/12, DE 21 DE JUNHO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA.-----

--- DISCUTIDO O ASSUNTO, FOI DELIBERADO, POR MAIORIA, COM OS VOTOS A FAVOR, DO PSD, DO CDS/PP, DO CHEGA, DA CDU, DOS PRESIDENTES DE JUNTA INDEPENDENTES E A ABSTENÇÃO DO PS, APROVAR A REFERIDA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL.-----

---SÉTIMO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DO REGULAMENTO DE UTILIZAÇÃO DOS PARQUES DE ESTACIONAMENTO - FIM DO PERÍODO DA CONSULTA PÚBLICA. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA.-----

---TÂNIA SILVA (CDU) – Pela leitura deste regulamento, ficamos com algumas dúvidas sobre que parques passarão a ser pagos, e quando isso ocorrerá, na página 9, no artigo 13º do regulamento, são identificados e caracterizados os parques propriedade do município. Sem querer ser exaustiva, no total são enumerados 10 parques para além de haver espaço para outros que eventualmente sejam implementados. Senhor Presidente em exercício neste caso, afinal que parques vão passar a ser pagos, e quando podemos esperar a implementação desta medida nestes 10 parques e outros que eventualmente venham a ser implementados?-----

Compreendemos que o senhor Presidente não tenha dificuldade em estacionar no centro da cidade, se calhar nem percebe essa dura realidade tão familiar para a esmagadora maioria dos famalicenses. A verdade, é que é difícil estacionar em Famalicão, é caro, e cada vez mais não há alternativas! O centro urbano não pode estar reservado para estacionamento pago, tem de permitir que o cidadão comum se desloque ao centro e encontre soluções para parquear o seu veículo. Se aparentemente as novas soluções pensadas e preconizadas por este município, parques e mais parques na periferia e junto a unidades comerciais, são todas pagas, a CDU não pode deixar de registar a nossa recusa em taxar locais que sempre foram gratuitos, caso do Campo da Feira, o velho, e em breve o novo. Para além de mais, consideramos esta decisão precipitada, já que a mesma não se faz suportar de qualquer estudo de impacto económico e reflexos diretos para quem nesta área vive e trabalha, nem tem em conta as dificuldades já sentidas pelo comércio tradicional e os consumidores que o procuram. Tão-pouco esta decisão foi tornada pública no programa eleitoral das forças políticas que governam a autarquia, o que não deixa de ser profundamente censurável. Senhor Presidente e senhores Deputados, o que verdadeiramente tem caracterizado a ação do município, não é a abertura de novos parques, mas a eliminação dos existentes que são gratuitos, e que sempre tiveram a utilidade generosa de estar ao serviço dos cidadãos, desde os tempos em que o automóvel é automóvel. O estratagema do executivo camarário, de retirar, por usurpação, direitos de estacionamento adquiridos ao longo de tempos imemoriais, e que agora, por decisão muito criticável da câmara, passam a ser tarifados, não tem em consideração os interesses da cidade e muito menos dos cidadãos. Todas estas habilidades para se arrecadar mais benefício financeiro para o município. A necessidade indicada no documento apresentado, de dispor de um ordenamento regulamentar coerente e harmonioso relativo ao estacionamento que se torne funcional, atual e de fácil acesso para os serviços municipais e para os utentes, contribuindo desta forma,

para a disciplina e melhoria de circulação rodoviária, não passa de verborreia oficial, visando legitimar as somas subtraídas aos cidadãos que não têm meios alternativos ao uso de transporte pessoal e, faz ao mesmo tempo, prejudicar o interesse dos comerciantes da cidade. Por consequência, tal como não estamos de acordo com tais propósitos, mais prejudiciais do que benéficos para as pessoas, também, pelas mesmas razões, não estamos de acordo com projeto de Regulamento apresentado, a estratégia do nosso município não pode passar por copiar as decisões dos grandes municípios de Lisboa e Porto. A nossa realidade urbana e de rede de transportes não é a mesma, pelo que, a CDU votará contra esta proposta. -----

---LUÍS MIRANDA (PS) – A minha intervenção será muito sucinta e muito concreta, sobretudo manifestar aqui o sentido de voto do partido Socialista nesta matéria que será o voto contra. E o voto contra, porque é importante e fulcral dizer, salvo erro em julho do presente ano ou em junho deste ano, os senhores Vereadores eleitos pelo partido Socialista apresentaram uma proposta em sede de reunião de câmara, no sentido de que a 1ª hora de estacionamento dos nossos Municípios fosse grátis, isto numa lógica e numa comunhão de esforços com o comércio local, com as pessoas que frequentam diariamente o nosso Centro Urbano, infelizmente essa proposta foi rejeitada em sede de reunião de câmara. E precisamente em colaboração e em consonância com os nossos Vereadores, iremos votar contra este projeto de regulamento porque entendemos que não satisfaz as necessidades dos nossos Municípios. -----

---JOÃO CASTRO (CHEGA) – O CHEGA concorda com esta proposta por uma razão muito simples, em primeiro lugar, todos os comerciantes com quem falamos acerca deste assunto revelam que estão de acordo com o chamado estacionamento dinâmico, todos, não houve um comerciante em Vila Nova de Famalicão que dissesse que não, de resto, o regulamento que nos foi apresentado parece-nos que oitenta cêntimos por hora é um preço muito razoável. Concordamos também com esta ideia de

utilizador /pagador, que foi uma ideia trazida pelo partido Socialista no tempo das Scuts se bem se lembram, e um conceito introduzido como sabem por sucessivos governos e da mesma forma concordamos com esta ideia conceito do tal estacionamento dinâmico que teve inclusive a anuência da Associação Comercial. Não concordamos, isso sim, com o valor das avenças, por considerarmos muito altas as avenças, pensamos que poderiam ser um pouco mais acessíveis porque se o estacionamento pago vai reduzir o uso do automóvel particular que é isso que se pretende, a ver vamos e esperamos todos que contribua para uma redução do uso do automóvel particular e que as pessoas de uma vez por todas façam aquilo que já se fez no antigamente, que era a chamada vaquinha, a divisão de carros para impedir o fluxo de tantos automóveis no centro da cidade -----

---JOÃO NASCIMENTO (CDS) – Relativamente a esta questão do estacionamento, eu devo dizer que compreendo as preocupações de todos porque são de todos com o estacionamento no centro da cidade. Acho até legítimo que haja quem ache que não se devia cobrar qualquer tarifa, assim como acho legítima a gestão que a Câmara Municipal pretende fazer daquele espaço uma vez que é a única entidade competente para o fazer, é uma opção, está tomada e, portanto, há aqui um ponto de equilíbrio de compreensão. No entanto, acho importante que não camuflemos desde logo, nem ocultemos que situações semelhantes foram vividas em Braga e foram vividas em Vila Nova de Famalicão, por exemplo, no tempo de Mesquita Machado e de Agostinho Fernandes e, portanto, é uma situação que eu vejo com normalidade. O que eu já não consigo compreender, é uma superioridade ou eventual superioridade política de quem não a tem e o partido Socialista neste caso específico não a tem, é preciso que os famalicenses percebam e tenham a noção daquilo que esta Câmara Municipal e outras Câmaras Municipais desta maioria, as sucessivas Câmaras fazem por eles. Para não deixar passar esta narrativa do partido Socialista relativamente a esta questão do

estacionamento, senão vejamos, em 2007 há uma notícia da Lusa que foi publicada no Público a 21 de julho de 2007 que diz, Câmara de Famalicão recusa protocolo herdado que acaba com o estacionamento gratuito na cidade. E então a notícia diz que a Câmara Municipal foi recentemente surpreendida por uma adenda ao contrato de concessão assinada em 2000, portanto, pelo ex-presidente Agostinho Fernandes, para a construção de um parque de estacionamento na Praça D^a Maria II onde se compromete a acabar com o estacionamento gratuito no chamado Campo da Feira e numa área de 500m em redor da Praça. Ou seja, o ex-presidente, Agostinho Fernandes, assina com o “Parque F” uma empresa de construção de parques de estacionamento uma adenda ao contrato, onde diz que acaba o estacionamento gratuito no Campo da Feira e num raio de 500m em redor. Este protocolo, continua a notícia, não constava do processo, mas atendendo a que estava assinado pelo ex-presidente Agostinho Fernandes, apenas se pode classificar como lesivo dos interesses do Município, afirmou na altura a Presidência do Município o Arquiteto Armindo Costa, o protocolo está assinado por dois administradores da empresa Somague e pelo Autarca Agostinho Fernandes. E depois adianta a notícia, que se contarmos se este protocolo entrasse em vigor, se contarmos 500m a partir da Praça quer dizer que será proibido estacionar gratuitamente em toda a Cidade, ou seja, e o que é que fez esta maioria, e, portanto, senhora Deputada, Tânia Silva, como vê os lugares são gratuitos não desde que o automóvel é automóvel, mas não são por acaso porque se dependesse do partido Socialista já não eram gratuitos há muito tempo. E por acaso não foi assim que aconteceu, e esta Câmara Municipal e as Câmaras Municipais da maioria tiveram oportunidade de aguentar esta situação de lugares gratuitos de estacionamento naquele local ainda durante 23 anos, porque aquilo que o PS teria feito teria sido muito mais lesivo para os interesses de Famalicão porque já na altura teriam construído um parque de estacionamento e teriam acabado com os lugares gratuitos, não só no Campo da Feira, mas num raio de 500m. E o PS só não o fez porque perdeu as eleições, senão

tê-lo-ia feito, portanto, é preciso que os famalicenses percebam que hoje o PS, o mesmo PS com muitas das mesmas caras, vem aqui reclamar aquilo que teria feito há 23 anos se não tivesse perdido as eleições. E só para saberem que isto é verdade, há uma ata de 2009 de uma Assembleia Municipal em que o Arquiteto Armindo Costa em resposta ao PS que já voltava à carga novamente com este assunto do estacionamento, dizia o seguinte: - “os senhores esqueceram-se que quando consignaram o Parque ali junto ao Restaurante Tanoeiro ao Parque F assinaram um documento paralelo que não existia no arquivo da Câmara, mas a empresa que ganhou a execução do Parque apresentou-nos esse orçamento e dizia o seguinte, no dia em que começarem com as obras no Parque junto ao Restaurante Tanoeiro, a Câmara é obrigada a iniciar as obras no Parque ao Lafões, e no dia em que o Parque junto ao Tanoeiro entrasse em funcionamento era absolutamente proibido e a Câmara tinha de fechar o Parque de estacionamento onde está o campo da Feira Semanal, e mais, não podia haver nenhum Parque gratuito a menos de 500m daquele lugar o que obrigava a que se fechasse e encerrasse o Parque de estacionamento junto à Estação de Camionagem”. É só isto! -----

---**LUÍS MIRANDA (PS)** – Eu começava a minha intervenção por dizer que o meu colega e amigo Deputado, João Nascimento, à semelhança do seu Grupo Municipal, tem o condão de discutir o presente e o futuro com base naquilo que aconteceu no passado, ou quando isso não acontece, com base naquilo que faz o governo. E eu dizer-lhe mais do que a moralidade, dizer-lhe que nós, partido Socialista em Vila Nova de Famalicão, não fazemos política com base na visualização do canal história. Nós fazemos política com base naquilo que é o futuro do nosso concelho e das nossas populações. O que é aqui de facto e o que aqui se discute e isso é que é importante passarmos esta mensagem para os famalicenses, é que não há muito tempo, por exemplo, entre muitos outros locais, na Praça Mouzinho de Albuquerque era um local sobejamente conhecido por todos, onde qualquer um estacionava livremente o seu automóvel, havia local para esse

efeito as pessoas estacionavam o carro demoravam meia hora, uma hora, no final removiam o seu carro e nada pagavam à ordem deste Município. Infelizmente, essa gratuidade por força desta maioria foi retirada aos famalicenses.-----

---**ANTÓNIO MEIRELES (PSD)** – Eu por acaso não vejo o canal história, mas também não vejo o canal odisseia, nem o canal de ficção, eu prefiro coisas mais realistas e, portanto, volto ao cerne da questão para vos relembrar que o artigo 13º define 10 parques de estacionamento existentes e da propriedade da Câmara Municipal. Desses 10 parques de estacionamento tem 1866 lugares, desses 1866 lugares 71,6% que quer dizer que 1336 lugares são gratuitos e 530 lugares são pagos, a única forma que até hoje se descobriu de fazer rotatividade, ou estacionamento público é com os pagamentos, por isso, não há outra forma, pelo menos nós não a conhecemos. Se eventualmente, alguém aqui nesta sala conhece alguma outra forma e vez de perdermos tempo com canais de história, ou futurologia, acho melhor que expusesse a sua ideia porque ajudaria concretamente Câmara, mais, nem era a Câmara, era os famalicenses. Por isso, a Câmara, dos 10 parques de estacionamento que aqui estão 6 são gratuitos, 4 prevê-se que sejam pagos ou são pagos. Senhores Deputados, não vejo uma outra solução que não seja esta que a Câmara nos apresenta. -----

---**JORGE COSTA (PS)** – É pior a emenda que o soneto. O senhor Arquiteto Meireles, vem aqui dizer às pessoas que quiserem vir ao casco urbano segundo o artigo 13º que estacionem na Freguesia de Antas, Parque da Devesa, Casa do Território, isto é sério. O senhor Deputado Nascimento vem aqui dizer que o Agostinho Fernandes, perdeu as eleições, e que pretendia fazer um Parque na Dª Maria II com a Parque F, pretendia sim. Os famalicenses não gostaram e puseram o Agostinho Fernandes na oposição, que é para o lugar que vocês devem ir com o mesmo argumento. Porque vocês acabaram com todo o estacionamento, entre ambas as soluções sempre seria melhor que hoje pudéssemos estacionar perto da Torre do Cupertino, remunerado, pago é certo, mas as

peessoas de idade para carregar as compras, homens e mulheres, as pessoas com filhos com dificuldade de locomoção com as crianças atrás tivessem uma oportunidade efetiva de estacionamento e não têm, isto é, fruto desta maioria. Eu cada vez mais me convenço que Vossas Excelências só têm um lugar certo, na oposição. -----

---**ANTÓNIO MEIRELES (PSD)** – Senhor Deputado, eu pensei que o senhor tivesse evoluído um pouco desde que foi Vereador, mas não evoluiu, o senhor continua a pensar pequenino. O senhor sabe que a Cidade é composta por cinco Freguesias, sabia? E essas cinco Freguesias são exatamente Antas, Calendário, Brufe, Famalicão e Gavião, julgo que as disse todas e isso é que forma a Cidade. Sabe quantas Freguesias tem a Cidade do Porto? Sabe quantas Freguesias tem a Cidade de Braga? Sabe, os parques de estacionamento distribuídos pela Cidade, agora não é preciso levar o carro até à porta, como era no tempo em que o senhor era Vereador e que foi assim que eu conheci Famalicão. Por isso, senhor Deputado, nós temos que evoluir um bocadinho, temos que crescer, temos que abrir o pensamento. -----

---**JORGE COSTA (PS)** – Senhor Arquiteto Meireles, Vossa Excelência defende que para eu comprar uma coisa aqui na drogaria do centro, ou de uma loja, deva estacionar no Parque da Devesa num dia de chuva, eu estou a abrir o horizonte e a tentar raciocinar consigo, mas um de nós está errado. Ora pense bem, quer que eu estacione na Devesa junto à Casa do Território para vir pontualmente fazer uma pequena compra ao Centro de Famalicão?-----

---**VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Senhores Deputados, por muito profícuo que tenha sido este debate há aqui uma essencialidade da discussão que não foi sequer tocada. Primeiro houve o período de consulta pública previsto legalmente, nenhum cidadão veio sequer colocar em causa aquilo que está preceituado neste regulamento, e depois não há aqui uma inevitabilidade, ao contrário daquilo que o Deputado João Nascimento referiu, não é do canal de história, foi há bem pouco tempo,

é uma história contemporânea não foi na Idade Média foi há pouco tempo. Nós não estamos aqui a tratar de uma concessão, nós estamos a tratar de uma gestão própria da Câmara Municipal, imaginemos que até existia um levantamento popular que corria mal, que existiam dificuldades de tráfego, que existiam algumas complicações para o comércio local, nós tínhamos sempre opção de fazermos de uma outra forma, os senhores não, ainda não tinham saído daquela era. Neste momento, se o Arquiteto Armindo Costa não tem posto o pé à frente da bola, eu hoje estou a usar aqui uns eufemismos um bocado futebolísticos, nós tínhamos uma concessão que impedia qualquer cidadão famalicense de estacionar num raio de 500m da Praça Dona Maria, não existia um único local, senhor Deputado, não é falso, é assim, não lhe admito que me diga que isto é inverdade porque é verdade, sabe quem é que fez o acordo para acabar com um processo judicial que a Parque F entendeu que foi lesivo dos seus interesses a decisão do Município, e interpôs uma ação judicial contra a Câmara, isso é verdade, isso é verdade pura e dura, é verdade. Tinha sido feita uma adenda que não foi deliberada ainda por cima, e que impedia no raio de 500m da Praça Dona Maria aonde se ia situar o parque de estacionamento que iria ser concessionado por cerca de 25 anos à Parque F, no âmbito dessa concessão e como ressarcimento daquela construção que eles iriam fazer, não ia ser o Município, ia ser um privado que ia fazer e lhe ia ser concessionada aquela construção, ficavam todos e quaisquer cidadãos famalicenses impedidos de estacionar num raio de 500m. Esse documento apareceu, foi referido, é notícia de vários jornais e consta inclusive nos autos e no acordo que foi posteriormente que fez findar esse processo que andou cerca de 12 anos em tribunal. Portanto, é um facto, existe esse documento foi reconhecido, foram chamadas as pessoas. O que eu estava a querer e o que mais importa nos dias de hoje é que isto não é uma concessão, não ficamos obrigados não sei quantos anos com o Parque Mouzinho de Albuquerque ser tributado, se eventualmente existir uma outra opção não há inabilidades nem vai

acabar, nem é necessário eventualmente recorrer a tribunal tal como a Parque F recorreu para fazer valer os seus direitos e que eventualmente poderiam trazer esse prejuízo para os famalicenses. As partes acordaram, a Câmara Municipal acordou, no caso em concreto se não é o Arquiteto Armindo Costa a pôr o pé à frente da bola neste momento ainda não tinha terminado essa dita concessão e nenhum famalicense estacionava gratuitamente a 500m na Cidade. -----

---ANTÓNIO MEIRELES (PSD) – Senhores Deputados, os senhores utilizam critérios e justificações como ambientais para resolver todos os problemas e mais alguns, mas aqui não estão preocupados com essa parte. Eu hoje antes de vir para aqui vi o telejornal e aprendi com o Dr. António Costa uma coisa que ele na realidade tem razão nesse aspeto, não vale a pena perder tempo convosco. -----

---JORGE COSTA (PS) – Ora bem, esta maioria não vai conseguir confundir a nuvem com Juno, nem atirar areia para os olhos de ninguém. É falso, é falso aquilo que o senhor disse, porquê, porque desde logo se o projeto da Parque F tivesse avançado os famalicenses poderiam estacionar de forma concessionada no centro de Famalicão, pagavam, mas o problema é com Vossas Excelências nem de graça, nem a pagar, acabaram com o estacionamento, não há alternativas para as pessoas e é disso que estamos aqui a falar, das vossas opções que são horríveis. -----

---POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DO REGULAMENTO DE UTILIZAÇÃO DOS PARQUES DE ESTACIONAMENTO - FIM DO PERÍODO DA CONSULTA PÚBLICA. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. -----

--- DISCUTIDO O ASSUNTO, FOI DELIBERADO, POR MAIORIA, COM OS VOTOS A FAVOR, DO PSD, DO CDS/PP, DO CHEGA, DOS PRESIDENTES DE JUNTA INDEPENDENTES, OS VOTOS CONTRA DO PS E DA CDU, APROVAR

A REFERIDA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL. -----

---OITAVO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DO REGULAMENTO DE EXPLORAÇÃO DE MODALIDADES AFINS DE JOGOS DE FORTUNA OU AZAR DO MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) --

---VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Isto é apenas dar seguimento a uma transferência de competências, pertenceu primeiro ao Governo Civil e depois da sua extinção fáctica, não em teoria porque ainda existe, passou para a Secretaria do MAI, para as Câmaras Municipais, para algumas autoridades policiais e agora vem-se consubstanciar esse regulamento de mais esta competência que foi transferida para os Municípios. -----

---JORGE COSTA (PS) – Que trabalheira nós vamos ter quando formos poder para organizar a casa. É claro que isto não é apenas essa transferência de competências, traduz a visão que a Câmara tem sobre estas matérias. O PS estudou a legislação aplicável, percebeu que a Câmara copiou a generalidade dos regulamentos em vigor nos diferentes Municípios, eu faço-vos um desafio, vocês vão ao Google e fazem pesquisa e descubram por vocês próprios as diferenças. Olhem exemplo do que não está na Lei um terço sobre os prémios, não está na lei, diga-me onde. Portanto, se um Rancho Regional, se os Bombeiros quiserem fazer um sorteio para dar uma bicicleta do Continente 80€, um secador de cabelo, não podem, se estão limitados no número de bilhetes porque em cada 1000€ euros terão de gastar 300€ em prémios, em cada 1000€ de bilhetes isto não está bem, este regime para as entidades sem fins lucrativos não está bem. Tanta gente nas Associações de Pais e muitas entidades sem fins lucrativos que compram bilhetes sabendo que o prémio não vale nada, aquilo é apenas uma forma de participação

solidária, aquilo não é para ganhar dinheiro, não é especulativo, e a Câmara não percebe nada disto, copia os outros regulamentos não raciocina, não trabalha e plasma aqui e o senhor Vice-presidente ainda nos diz, é uma opção política convicta, nós respeitamos não estamos é de acordo. A coisa não fica melhor na exigência de seguro de caução, é claro que enquanto entidade reguladora a Câmara tem que se precaver e tomar alguns cuidados para que não seja uma rebaldaria nos sorteios e jogos afins, isto é, aquele que participa tenha garantias de receber um prémio, esse prémio que efetivamente lhe seja entregue e não seja um embuste o jogo afim em que entrou. E a Câmara no artigo 21º enxerta a necessidade de uma garantia bancária, ou seguro de caução para a entidade promotora e faz uma coisa giríssima que diz, nas entidades sem fins lucrativos a garantia bancária ou seguro de caução pode ser substituído, porque eles custam imenso dinheiro, não são grátis, não há almoços grátis, e, portanto, os bancos e logo os bancos, os bancos levam comissões de processamento de elaboração da carta, mais comissões de duração, mais juros ai Jesus, portanto a Câmara vai exigir a estas entidades um cheque visado emitido à Ordem do Município, quando o valor dos prémios a atribuir for igual ou superior a 500€. As pessoas vão ter de emitir ali um cheque do regador, se o prémio for um regador ou uma bicicleta, ou um secador de cabelo, as entidades sem fins lucrativos, e a Câmara vai-se transformar num depositário, aqueles mangas de alparcas que guardam nos cofres cheques visados até ao fim do evento, não é bonito, não é eficaz e é todos os títulos lamentável. De qualquer das formas, mais uma vez o PS discordando, não quer que amanhã ninguém diga que a Câmara não fez isto ou aquilo travada pelo PS. Como disse o senhor Vice-presidente são opções políticas, nós não vamos obstaculizar, mas não em consciência dar o nosso aval a coisas destas, por isso, vamo-nos abster.-----

---POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DO REGULAMENTO DE EXPLORAÇÃO DE MODALIDADES AFINS DE JOGOS

DE FORTUNA OU AZAR DO MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. -----

--- DISCUTIDO O ASSUNTO, FOI DELIBERADO, POR MAIORIA, COM OS VOTOS A FAVOR, DO PSD, DO CDS/PP, DO CHEGA, DOS PRESIDENTES DE JUNTA INDEPENDENTES, AS ABSTENÇÕES DO PS E DA CDU, APROVAR A REFERIDA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL. -----

---NONO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE DESAFETAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO AFETA AO DOMÍNIO PÚBLICO E AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO, COM A ÁREA DE 1.319,57M², SITA NA RUA DE PORTEMIÃO, FREGUESIA DE FRADELOS. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. -----

---JORGE COSTA (PS) – Senhor Presidente em exercício, este terreno foi adquirido pela Câmara Municipal há muito pouco tempo, vou-lhe ler porque é que foi adquirido o terreno anexo a este, mesmo em frente a este e está na planta com a implantação do futuro pavilhão multiusos de Fradelos e diz o seguinte na fundamentação, - “considerando a necessidade do Município de Vila Nova de Famalicão, é adquirir o prédio rústico com 38.700m² no lugar da Gandra Freguesia de Fradelos para a preservação destes valores incompatíveis com a exploração florestal para que se deixe de tirar proveitos promovendo assim, a preservação dos habitats naturais”. Isto é, e falava-se à altura das Pateiras do Ave que este terreno era um aeroporto para pássaros, que agora vai deixar de ser porque os pássaros vão pousar em cima de um pavilhão, tantas alternativas que havia na freguesia de Fradelos. Mas há uma manigância pior, eu ontem fiz um repto aos senhores Presidentes de Junta que vão sair para que reflitam no futuro, este terreno foi vendido por um autarca colega vosso que o adquiriu ao

verdadeiro proprietário por 200.000€ e que o revendeu à Câmara passado poucos dias, 111 dias, com 214.000€ de lucro por troca com licenças. Caríssimos, eu sei que a cada qualquer um de nós dava jeito em 111 dias ganhar 1927,92€ por dia, eu sei que dava, mas todos nós devemos ter a consciência de pensar que este dinheiro é dos famalicenses, que o dinheiro empregue na aquisição deste lote de terreno é dos famalicenses, e eu nem sequer estou aqui a insinuar da perspectiva legal, se foi legal, se não foi legal, eu sei que alguém comprou um terreno e em 111 dias depois ganhou 214.000€. Todos sabemos disso e da perspectiva da ética política, da ética republicana, isto é admissível, vocês concordam com isso? Eu não quero sequer que me respondam, porque só este tipo de coisas deve obrigar-nos a refletir muito, deve obrigar o CHEGA, que reclama o arauto da ética, deve obrigar o CDS que se reclama humanista tal como Social Democracia e o partido socialista. Vocês estão de acordo com este tipo de coisas? E, portanto, é claro senhor Vice-presidente, que esta Câmara está sujeita a um rigoroso escrutínio do PS e dos famalicenses. É claro que nenhum de nós, nenhum famalicense de bem pactua com isto, porque ganhar quase 2000€ não é por dia é por mês e é preciso jogar e sair no *euro dreams*, portanto, isto é lamentável a todos os títulos, apesar de termos alegria e felicitar-mos a Câmara pelo que se vai lá construir em Fradelos, lamentamos muito a forma como tornaram o aeroporto de pássaros afinal num equipamento de uso coletivo, lamentamos as manigâncias e as negociatas que estão por detrás disto.-----

---**ANTÓNIO MEIRELES (PSD)** – Senhor Deputado, parece que voltamos ao canal história. Senhor Deputado, o que está aqui em causa são os únicos dados que nós temos, são os que estão aqui em apreciação e se o senhor tem conhecimento de alguma manigância como o senhor diz, ou vê algum problema o senhor terá forma de denunciar isso no sítio certo. Relativamente ao que aqui nos é posto, é posto um terreno que é uma sobra de uma expropriação, ou de uma negociação, traçado da Rua de Portemião é um

terreno que sobra e que esse terreno com o que está confinante permite a construção do Polidesportivo ou de Multiusos. O Presidente de Junta de Fradelos, ou a Junta de Fradelos concorda com esta operação e parece-nos óbvio que esta operação permite a construção de um equipamento importante, não vamos entrar nessa dos aeroportos porque senão ainda vamos para o Montijo com os passarinhos, ou para Alcochete, ou para outro lado qualquer. Portanto, senhor Deputado, o que está aqui em causa é isto, é esta parcela de terreno e poder ser anexada ao outro terreno para que seja possível construir este Multiuso para a Freguesia de Fradelos. O resto senhor Deputado, utilize os canais próprios. -----

---JORGE COSTA (PS) – Senhor Deputado, o canal próprio é este, porque este é que é o órgão de discussão política por excelência e dignidade em Vila Nova de Famalicão. Este é o canal, o canal é falar para os famalicenses que nos ouvem aqui e lá em casa, não preciso de ir ao canal história. Escritura pública por 200.000€ no dia 5 de junho de 2020, adjudicação com 214.000€ de lucro na reunião de Câmara de 24 de setembro de 2020. Quer num caso, quer noutro, são documentos públicos, eu não preciso que me respondam a mim basta-me que fiquem calados a pensar que verificaram aqui. -----

---ARMINDO GOMES (CDS) – Eu não gostaria que os Deputados se metessem com um negócio de um industrial, é uma falta de respeito enorme, ainda para mais falando num ex-autarca. O industrial podia ter comprado o terreno por 50.000€, 20.000€ ou 30.000€, vendeu à Câmara, segundo diz, por 400.000€, mas não recebeu 400.000€ do terreno foi em trocas de licenças. O industrial se não tivesse feito as obras, ou se tivesse de fazer obras, ou se tivesse de fazer como depósito para licenças de construção mais tarde que a Câmara não desembolsou 400.000€, trocaram o dinheiro por licenças e não sei qual é o mal deste negócio, estamos a falar de um negócio particular. E todos nós, eu faço o mesmo, eu hoje se puder comprar por 10 e amanhã vender por 20 ou 30 não vou fazer o favor seja ele quem for, a não ser um familiar. Portanto, aí estamos todos à

vontade e foi troca por licenças, a Câmara não desembolsou 400.000€, é o que o senhor Deputado disse aqui. -----

---PAULO PINTO (PS) – Senhor Deputado, Armindo Gomes, o problema é que é o dinheiro dos famalicenses e esta maioria já não é a primeira vez que faz isso, eu não me esqueço e não é preciso ir ao canal história da negociata da Devesa. Aliás, alguns Deputados estão aqui até da maioria, fizeram questão de não estar presentes nessa Assembleia Municipal que eu não me esqueço para não votarem de forma favorável a proposta da Câmara na altura. Portanto, acima de tudo, legalmente o Deputado, Jorge Costa, disse que não havia nada a apontar, agora a Câmara tem todo o dever de cumprir devidamente com o dinheiro dos famalicenses, porque nos cobra e muito a todos nós. ---

---VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – De uma forma muito sucinta, primeiro para referir que estamos aqui a falar de uma parcela de 1319m² e não dos 38.000m². Mas em jeito de esclarecimento e aquilo que foi aqui referido foi uma inverdade, lá vai ser colocado não o Projeto das Pateiras, mas o Projeto Live que contempla exatamente as mesmas preocupações ambientais e aquilo que é a defesa dos pressupostos ambientais daquela zona. Depois relativamente à proposta em concreto, é de absoluta necessidade que a Câmara transforme ou afete este terreno que está em domínio público para o domínio privado de forma a poder doar à Freguesia para realização de um equipamento muito necessário para o desenvolvimento da mesma no caso concreto da Freguesia de Fradelos, e é mais um exemplo daquilo que muitas vezes aqui vem e vejo aqui referir e até na Câmara Municipal de que a Câmara não passa para o domínio privado apenas terrenos para alienar, é para fazer qualquer tipo de negócio jurídico, para doar a uma Freguesia é passá-lo, tem que o passar para o domínio privado para o comodatar com uma associação, tem que o passar para o domínio privado, portanto, os pressupostos de uma proposta destas não partem na generalidade das vezes sequer para alienação. Agora relativamente à questão e sem querer, não tenho um

grande conhecimento dela, sem querer dizer nem subscrever, nem falar por ninguém, vou fazer só uma pergunta e depois foram feitos aqui juízos de valor, só em negociatas, em manigâncias, mas não tem nenhuma relevância criminal, mas fala-se em manigâncias e negociatas, aquilo que aqui foi referido é para onde as pessoas se têm que dirigir quando suspeitam de alguma negociata e manigância. Muito bem, vou-lhe só fazer uma pergunta, sei que não tem tempo, mas vai ficar com ela e vai pensar, e se essa pessoa que fez o investimento no terreno não fizer nenhuma construção, ou não tiver hipótese sequer de gastar as taxas, isto aplica-se a este negócio e ao da Devesa, pense nisso.-----

---**ARMINDO GOMES (CDS)** – Eu fico de facto com alguma preocupação com a intervenção do Deputado, Paulo Pinto do partido Socialista, que aqui falar da Devesa. a Devesa foi um excelente negócio para os famalicenses. Paulo Pinto, se não fosse a Câmara Municipal presidida pelo Arquiteto Armindo Costa não tínhamos o Parque da Cidade, é um excelente Parque. Sabe o que é que vocês fizeram, isto há vinte e tal anos, eu vou dizer ao partido Socialista o que é que o partido fez, foi uma obra importante, foi uma pista para passar os carros em Fradelos, onde só serviu para passar tratores isto há vinte e tal anos, isso é que foi uma obra importante para o Concelho de Famalicão. Agora o Parque da Devesa, uma obra daquela dimensão e foi alguma negociata para o proprietário por “Amor de Deus”. Foi um excelente negócio que a Câmara Municipal fez, só que lá está, o negócio foi feito pelo Arquiteto Armindo Costa, o Arquiteto Armindo Costa contava os tostões todos e fazia bons negócios porque era um industrial, e além de ser um industrial era um bom Presidente de Câmara, não era como quando foi o partido Socialista no poder, que não comprava nem fazia nada, não sei para onde é que ia o dinheiro.-----

---ANTÓNIO MEIRELES (PSD) – Senhor Presidente, é muito rápido, eu vou voltar ao canal de história, vocês obrigam-me a voltar ao canal de história e eu vi aquele episódio do Parque de Sinçães, não se esqueçam dele!-----

---**POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE DESAFETAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO AFETA AO DOMÍNIO PÚBLICO E AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO, COM A ÁREA DE 1.319,57M2, SITA NA RUA DE PORTEMIÃO, FREGUESIA DE FRADELOS. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA.** -----

--- **DISCUTIDO O ASSUNTO, FOI DELIBERADO, POR MAIORIA, COM OS VOTOS A FAVOR, DO PSD, DO CDS/PP, DA CDU, DOS PRESIDENTES DE JUNTA INDEPENDENTES, AS ABSTENÇÕES DO PS E DO CHEGA, APROVAR A REFERIDA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL.** -----

---**DÉCIMO PONTO** – CONHECIMENTO E APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DA COMISSÃO DE REVISÃO DO REGIMENTO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA GLOBAL DAS ALTERAÇÕES AO REGIMENTO. (GRELHA E) -----

---**LUÍS ÂNGELO OLIVEIRA (PRESIDENTE DA COMISSÃO DE REVISÃO DO REGIMENTO)** – Evocando a minha qualidade de Presidente desta Comissão de Revisão ao Regimento, de uma forma muito rápida e simples até porque a noite já se alonga, cabe-me dizer que foi uma honra e um prazer presidir a esta Comissão, mas não poderia deixar de renovar os meus agradecimentos sinceros e genuínos, sinceros e genuínos aos senhores Deputados e senhoras Deputadas que participaram nesta Comissão. Permitiam os demais realçar, o relator, Dr. Luís Miranda e a Secretária Dr.^a Susana Ferreira, agradecer e como não poderia deixar de ser aos Grupos Municipais pelas propostas que apresentaram. Registe-se e realce-se aquilo que foi a sã convivência democrática, a discussão franca e aberta, mas com construtiva democraticamente,

naturalmente com as nossas divergências, não podemos concordar todos uns com os outros, mas sempre houve uma sã convivência que eu não poderia deixar de registar. Sã convivência essa que relembro com exemplos em concreto, exemplos esses que sempre que faltou algum elemento de algum Grupo Municipal e aconteceu, a reunião ou não se realizou ou não se deliberou, isto é, respeito democrático, podemos estar distantes, podemos estar opostos no campo de jogo, mas as regras têm que ser cumpridas e o jogo democrático tem que ser cumprido. Agradecer também e naturalmente aos serviços que sempre são uma peça fundamental para que tudo corra sobre melhor, esperamos que o Regimento se adapte aos mandatos que sucedem, as alterações não foram muitas o que expressa que de facto o nosso Regimento estava democraticamente adaptado, mas relembro e peço aos senhores Deputados que pensem sobre isto, o Regimento ajuda, mas o seu cumprimento só se realiza com espírito democrático, boa-fé, respeito mútuo de todos os Deputados, Câmara Municipal e toda a Assembleia Municipal. Quanto ao relatório em si, passo a palavra ao Dr. Luís Miranda para fazer a referida apresentação se assim o entender, muito obrigada a todos. -----

---LUÍS MIRANDA (RELATOR DA COMISSÃO) – O que eu entendo de relevante aqui referir, até porque o Relatório é essencialmente um documento de cariz técnico-jurídico que poderá ser facilmente consultado por todos os que estão aqui presentes. Penso que será mais proveitoso e útil referir, será certamente o que é que este Regimento traz de novo comparativamente com os Regimentos anteriores. Desde logo apontar aqui três grandes inovações que esta Comissão entendeu por bem imprimir neste documento, que é a primeira relativamente ao artigo 41º que se relaciona com a programação e o enquadramento das Sessões, nós no documento antigo aquilo que tínhamos era uma limitação regimental no sentido de que nenhuma Assembleia poderia ter uma duração máxima do que três horas, mas por exemplo, quando tínhamos que convocar a assembleia como fizemos na passada sexta-feira para discutir o Plano e

Orçamento tínhamos uma Grelha que todos os tempos somados perfaziam nove horas, e a solução que esta Comissão entendeu levar a cabo foi estabelecer um limite máximo para as matérias constantes da Ordem do Dia que não deve resultar uma Ordem de Trabalhos cuja duração se preveja ser de duração superior a nove horas, e nove horas porquê, porque somado por exemplo, o Plano e Orçamento, as Informações do Senhor Presidente e as propostas anexas perfaz uma totalidade de nove horas, só no Plano e Orçamento cada Grupo Municipal mais o Município tem uma hora para discutir. No entanto, para nós também não permitirmos que o agendamento de uma Assembleia atinja consecutivamente as nove horas de duração, com a exceção das sessões destinadas à apreciação e votação do Plano e Orçamento e ao Relatório de Atividades e Conta de Gerência, a duração de cada sessão da Assembleia nunca deverá ou não pode as três horas contadas do início da mesma. Ou seja, estipulamos aqui um regime de exceção para as duas grandes assembleias que justificam uma duração máxima de nove horas. Depois uma outra alteração inovação que esta Comissão entendeu por bem colocar, é o exercício da figura regimental da defesa da honra, por exemplo, algum dos senhores Deputados, ou senhores Presidentes de Junta, ou algum dos Membros do Município que é visado numa intervenção do público, como já aconteceu no passado, não poderia fazer uso desta figura regimental e neste sentido defender a sua honra. O que é que acontece, no novo artigo 54º foi aditado à redação que existia a possibilidade de cada Deputado ou cada interveniente desta Assembleia exercer a sua defesa da honra independentemente ou em qualquer período da sessão. Por fim, uma alteração que entendemos bastante profícua incutir neste novo documento prende-se com o Período de Depois da Ordem do Dia relativamente ao artigo 48º, o que é que isto significa traduzido por palavras mais ligeiras e miúdas, que a intervenção do público poderá ocorrer independentemente de a natureza da sessão ser ordinária ou extraordinária, isto significa que em todas as sessões no final o público poderá fazer a sua intervenção.

Também algo mais de cariz técnico e menos propriamente de efeito prático, nas nossas Assembleias havia uma grande confusão entre o conceito de “Sessão e Reunião” e todo o Regimento foi corrigido nesse sentido e que levou muito tempo a fazer essa discussão se entendíamos que deveria ser referido Sessão ou Reunião, a Mesa adotou o entendimento que não é só semântica, mas acaba também por ser jurídico, de que uma Sessão tem uma Sessão, mas uma Sessão pode também comportar mais do que uma Reunião, ou seja, se a Sessão começar e acabar no próprio dia há uma Sessão, se a Sessão continuar no dia a seguir tem uma Sessão com duas Reuniões e era algo que o nosso Regimento não previa, a certa altura entendia o conceito de sessão num sentido, mais à frente entendia o conceito de Reunião de forma diferente, entendemos, por bem eliminar estas gralhas e unificar o conceito de Sessão e Reunião no nosso Regimento. ---

---**TÂNIA SILVA (CDU)** – Em termos gerais, a CDU considera profícuo o trabalho desenvolvido pela Comissão Eventual de Revisão do Regimento da Assembleia Municipal de Vila Nova de Famalicão, e que o mesmo responde ao objetivo de adequar a regulação do funcionamento democrático da assembleia municipal à Lei 75/2013, fator que melhora a condução dos trabalhos por parte da Mesa, assim como o exercício de representação dos eleitos municipais, no cumprimento dos seus mandatos políticos. Mais concretamente e no que refere à proposta de fundo apresentada pela CDU, de que o período aberto à intervenção do público passasse para o início dos trabalhos da assembleia municipal, lamenta-se que a mesma tenha sido inviabilizada por todas as forças políticas, sem exceção, impedindo-se, deste modo, que o regimento se ajustasse aos compreensíveis interesses dos cidadãos famalicenses para que, no exercício desse direito, pudessem colocar ao senhor Presidente da Câmara perguntas a solicitar esclarecimentos sobre os mais diversos assuntos, de âmbito municipal. Esta recusa de antecipar o período de intervenção do público, no plano prático, mais não visa de que desincentivar o cidadão comum a intervir na vida pública do seu município, através do

uso do direito de colocar perguntas ao Senhor Presidente da Câmara sobre assuntos que considere legítimo, de interesse próprio, mas também municipal, já que o direito que a lei reconhece nestes casos fica condicionada às horas tardias em que geralmente terminam as sessões, podendo até ocorrer o adiamento do momento da sua intervenção no caso de a sessão se prolongar para o dia seguinte, o que é frustrante. Este não é, seguramente, o caminho desejável para se incentivar a participação dos nossos cidadãos na vida e gestão pública do seu município. Como facilmente se depreenderá, a CDU considera que o Relatório transmite, em rigor, todas as envolventes relativas às matérias apresentadas e discutidas pelas representações políticas, assim como as votações e decisões em função das inúmeras propostas apresentadas e, por transmitir a vontade das diversas representações participantes, o mesmo Relatório contou com o voto favorável da CDU. Quanto à apreciação e votação do texto consolidado do Regimento, proposto pela Comissão Eventual de Revisão do Regimento à Mesa, e agora sujeito ao pronunciamento desta assembleia para votação final global, a CDU, pelas razões já explanadas, não votará favoravelmente a proposta em apreço, optando pela abstenção.--

---PAULO PINTO (PS) – Antes de mais saudar os Membros que estiveram presentes na Comissão, segundo as indicações que foram colhidas e transmitidas houve um trabalho saudável entre todos como é normal e tem que ser. Saudar também o camarada Luís Miranda o relator deste relatório e pela elaboração do excelente relatório, aliás mais um momento em que ficou comprovada a eficácia e a alta capacidade dos elementos do partido Socialista nesta Assembleia Municipal. Infelizmente, e fazendo um bocado eco das palavras aqui ditas pela senhora Deputada da CDU, foi uma oportunidade perdida este Regimento, este Regimento já não se adequa aos novos tempos, exigia-se mudanças e pôr verdadeiramente um Regimento deste século e não do século passado, mas também sabemos que a maioria veta e bloqueia todas e quaisquer alterações. As alterações que são propostas pela oposição são praticamente todas

votadas, não são minimamente discutidas e são logo recusadas, e que muitas vezes fazem quando pode haver alternativas que sejam apresentadas já nem haja uma inibição da apresentação das mesmas, não adianta levar lá quando já sabemos como é que vai ser votado, vai ser tudo cancelado infelizmente, aliás, as propostas do partido Socialista aqui praticamente recusadas e só uma é que foi aprovada. Portanto, fica um pedido de que no próximo mandato haja uma maior abertura da parte da maioria, neste caso falo para o partido Socialista que já está na maioria nessa próxima revisão do Regimento e certamente irá ter mais abertura a acolher as propostas dos restantes partidos -----

---PRESIDENTE DE JUNTA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE RUIVÃES E NOVAIS – Não iniciou a sua intervenção, porque o Deputado Jorge Costa fala do lugar, não sendo possível registar em ata porque não ficou registado o teor das observações. O Presidente de Junta responde: - é exatamente isso que eu quero falar. Interpela o Deputado Socialista, ainda agora disse que os partidos políticos são inclusivos e estão aqui a excluir os Presidentes de Junta independentes. -----

---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (Nuno Melo) – Está-se aqui a colocar o caso de ser um Presidente de Junta independente, não está inscrito num Grupo Municipal, e não estando inscrito num Grupo Municipal, o senhor Deputado Jorge Costa vê inconveniente em que use da palavra? Responde ao Presidente da Assembleia, que use a palavra em nome do PSD, não manifestando concordância à questão colocada.

---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (Nuno Melo) – Senhor Deputado, não, porque é um Presidente de Junta Independente.-----

---PRESIDENTE DE JUNTA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE RUIVÃES E NOVAIS – Muito bem, retiro a minha inscrição, que fique registado que os partidos políticos não deixaram os Presidentes de Junta Independentes tomar a palavra. -----

---JOÃO CASTRO (CHEGA) – Relativamente ao Regimento a ao texto final, uma primeira referência para agradecer ao Presidente da Comissão Luís Ângelo Oliveira,

pela forma elevada, diligente e espírito democrático com que dirigiu as sessões. Também saudar o relator, amigo Luís Miranda, sempre cooperante e disponível e muito afoito às sugestões. Uma palavra também para os companheiros da Comissão, pela forma ligeira e cordial como decorreu todo o processo. O relatório consolidado foi o possível, mas queremos crer que substancialmente melhorado, registo o apelo do senhor Deputado, Paulo Pinto, na próxima vez nós com outras funções teremos outro tipo de recetividade para as vossas propostas. -----

---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (Nuno Melo) – Eu refleti, vou dar a palavra ao senhor Presidente de Junta por uma razão, porque o Regimento aplica-se a todos e aplica-se também aos Presidentes de Junta no que tenha que ver logo nas questões relacionadas com a sua Freguesia, desde que o senhor Presidente de Junta naquilo que é o âmbito da sua intervenção, consiga reconduzir a intervenção ao Regimento, mas a propósito da sua representação na Freguesia, tem a palavra, se for uma questão política geral já não, mas tem a palavra senhor Presidente de Junta. -----

---PRESIDENTE DE JUNTA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE RUIVÃES E NOVAIS – Muito obrigado senhor Presidente e obrigado por reconsiderar. O que me trás aqui tem a ver com o Regimento, o artigo 23º nº1 diz o seguinte: - “Os membros eleitos, bem como os presidentes de junta de freguesia eleitos por cada partido ou coligação de partidos ou grupo de cidadãos eleitores, podem associar-se para efeitos de constituição de grupos municipais, nos termos da lei do regimento”. Questão que faço é, por que é que nós enquanto Presidentes de Junta Independentes, não estando num Grupo Municipal, o que temos que fazer para ser considerado como tal e para quê, por exemplo, na última reunião da Assembleia discutiu-se aqui o Orçamento, todos os partidos tiveram uma hora para discutir e nós enquanto Presidentes de Junta no limite teríamos cinco minutos para discutir um Orçamento que está diretamente relacionado com o nosso exercício enquanto Presidentes de Junta. Porquê esta limitação? -----

- Segunda questão, quando vêm aqui apresentar as moções, os votos de recomendação e nós sabemos que nem todos os documentos são lidos na íntegra, ou então até fazem aqui alguns apetrechos que não estão escritos e nós temos que votar mediante aquilo que estamos a ouvir, não temos acesso aos documentos porquê? E mais, relembro numa das minhas intervenções aqui, enquanto Presidente de Junta tive quatro minutos para defender o futuro de uma comunidade, ou melhor de duas comunidades, apenas quatro minutos, quando aqui em outros assuntos que se calhar não têm tanta relevância quanto isso e estamos aqui com vinte minutos, com uma hora, o porquê de nós estarmos silenciados e atenção, eu falo isto enquanto Presidente de Junta Independente, não represento os meus colegas porque efetivamente somos Independentes, agora fica muito aquém esta alteração ao Regimento quando cada vez mais vimos que, e peço desculpa a quem não concorda mas esta é a minha opinião, os partidos políticos estão a entrar em descrédito não só a nível Nacional também a nível Municipal, todos os partidos políticos estão a entrar em descrédito muito por culpa destas opções que se tomam aqui que é silenciar aqueles que não fazem parte de um partido político, e o partido político daquilo que eu revejo é que deixa de ser currículo e passa a ser cadastro, nós queremos enquanto Independentes ter voz para defender. Estamos aqui a falar e agora falo em nome de todos os meus colegas Independentes, cerca de 25% da população famalicense.

---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (Nuno Melo) – Eu quero-lhe dizer que vou dar a palavra ao 1º Secretário, mas queria apenas dizer-lhe que eu represento um partido político e com muita honra queria que tivesse isso bem presente, que sou com muita honra representante de um partido em Portugal de uma democracia que é consolidada e sem partidos não há democracia, independentemente dos Independentes obviamente terem também o seu papel muito relevante. E de resto como bem sabe foi aqui em Famalicão pela primeira vez uma Candidatura Independente no

Plano Autárquico aconteceu em todo o País e bem, acho que uma coisa não invalida a outra e não vejo nisso cadastro. Vou então dar a palavra ao 1º Secretário no púlpito.-----

---**LUÍS ÂNGELO OLIVEIRA (PRESIDENTE DA COMISSÃO)** – O senhor Presidente de Junta apanhou-me aqui um pouco desprevenido, mas acutelado, no sentido em que eu não tenho memória exegética para lhe dizer concretamente a resposta que foi dada ao pedido dos senhores Deputados, os senhores Presidentes de Junta pediram essa constituição do Grupo Municipal enquanto Independentes e a resposta pelo que eu me recordo foi precisamente esta norma como há várias do Regimento que são expressões da Lei 75/2013 e da outra Lei que eu agora confesso me esquece o número, em que diz: - os membros eleitos, bem como Presidentes de Junta de Freguesia eleitos (sublinho a negrito) **por cada partido**, ou seja, faltou este requisito por cada partido, ou seja, os Presidentes de Junta do PSD, ou do partido Socialista, ou do CDS, ou do Chega podem-se aglomerar em Grupos Municipais. Essa resposta eu gostava também de lha dar enquanto 1º Secretário da Mesa novamente por escrito, mas recorda-me que a fundamentação foi esta e também me recorda que no âmbito desta Comissão essa alteração não foi feita porque é uma expressão da Lei 75/2013 que não podemos contrariar, ou seja, como sabe há uma pirâmide hierárquica, o Regimento é um regulamento que tem que obedecer a uma Lei, portanto, a Lei não permite que os Presidentes de Junta que não se candidatam por um partido não podem constituir Grupos Municipais. Se me pergunta se eu acho mal, pessoalmente acho mal, mas tenho de cumprir o Regimento e é o que diz o artigo 23º diz: - “os membros eleitos, bem como os Presidentes de Junta de Freguesia eleitos por cada partido, ou coligação de partidos, ou grupo de cidadãos eleitores”, não se candidataram através de um Grupo. Senhor Presidente de Junta, eu não vou entrar em debate convosco e nem fui eu que respondi como devem imaginar exclusivamente ao vosso pedido, quem respondeu ao vosso pedido foi um conjunto de pessoas, nomeadamente, o departamento Jurídico da Câmara,

a DGAL e várias entidades que depois deram azo a esse parecer. O entendimento que eu entendo e sumo aqui, é quando se diz cada partido são os partidos normais existentes, o partido SOCIALISTA, o PSD, o CDS, a CDU e o CHEGA. Coligação de partidos são quando se chama as coligações no caso o CDS e o CDS é um bom exemplo disso, candidatou-se em conjunto em Coligação de partidos e depois criou dois Grupos Municipais é possível, mas analogicamente um grupo de cidadãos não se pode compreender cada Presidente de Junta numa Junta de Freguesia, seria criar um género de um partido de vários Presidentes de Junta porem uma nomenclatura os Presidentes de Junta de Vila Nova de Famalicão, isto seria o que a Lei designa grupo de cidadãos eleitores. É o entendimento, foi esse o entendimento da DGAL, é esse o entendimento do departamento Jurídico e foi esse o entendimento que nós seguimos, temos de cumprir o Regimento, muito obrigado. -----

---**RICARDO COSTA (CDS)** – Efetivamente aqui o Presidente desta Comissão já deu nota do ambiente profícuo que aconteceu desta Comissão de Revisão do Regimento e do qual o CDS também se associa. No entanto, as duas intervenções dos dois partidos que me antecederam ou porque trouxessem o discurso escrito, ou porque lhe encomendassem o recado faltaram aqui a duas verdades, nomeadamente a CDU quando disse: - “reconheço a CDU e reconhecemos à CDU a coerência naquilo que foi a sua proposta de antecipar o período de intervenção do público Antes da Ordem do Dia”. Já foi nesta Comissão, já tem sido ao longo dos anos e tem sido algo bastante coerente. No entanto, trazia o discurso escrito e atraçou-se, porque independentemente de a sessão ser prolongada para uma reunião seguinte, está plasmado neste Regimento e é prática desta casa que há sempre intervenção do público, portanto, foi aí que faltou. -----

- No que diz respeito ao senhor Deputado Paulo Pinto, veio aqui apelidar que este Regimento é do século passado. Primeiro, eu não vi o senhor Deputado Paulo Pinto apresentar qualquer proposta na Revisão deste Regimento, ao qual não faz parte, e

alguém que faz parte dessa revisão do Regimento encomendou-lhe algum sermão, algum recado para vir cá dizer, quando o partido Socialista não apresentou nenhuma proposta do século futuro. Portanto, vir aqui dizer, nós não apresentamos proposta porque já sabemos qual é a resposta, isto é uma falácia, mais uma vez estamos a falar de demagogia e quando falamos demagogia faz-se barulho na sala porque não interessa ouvir, não interessa ouvir, porque nenhuma proposta à partida estava reprovada, todos nós analisamos as propostas, todos nós analisamos e votamos consoante aquilo que eram e que são as nossas convicções políticas, mas uma coisa é certa, sempre no princípio e observância do direito e da democracia. -----

---RUI SANTOS (PSD) – Relativamente aqui ao Regimento e à proposta que temos para apreciar e para votar. Em primeiro lugar gostaria de felicitar como é óbvio, senhor Presidente da Comissão deputado Luís Ângelo, senhora Secretária Deputada Susana Ferreira, o senhor Relator Deputado Luís Miranda, o nosso amigo a quem endereço o cumprimento muito especial, também, mas não só pela objetividade presente no Relatório Final que já tivemos a oportunidade de analisar e que estendo a todos os Deputados que fizeram parte desta Comissão de Revisão do Regimento. Durante várias sessões de uma forma verdadeiramente proveitosa, todos deram o seu contributo para chegarmos ao resultado que agora está a ser apresentado, um cumprimento também aos serviços, senhor Luís, D^a Manuela, D^a Edite, que foram um apoio imprescindível para uma concretização do trabalho. Senhores Deputados, o Regimento, já foi aqui dito, é a nossa Lei fundamental nesta casa e neste Órgão e com ele contamos para nos apoiar, para atingir tal desiderato o nosso regimento tal como chegou aos dias de hoje, é um documento que plasma uma democraticidade ímpar. E desde 2002 tem vindo a ser construída esta democraticidade e aprimorada por todos quantos dedicaram o seu trabalho e a sua atenção à melhoria do mesmo, e se a qualidade, contrariando um bocadinho aquilo que o senhor Deputado Paulo Pinto há bocadinho dizia, a nosso ver

tem vindo a aumentar resulta também variavelmente do contributo que ao longo das sessões todos os Deputados e Presidentes de Junta vão dando. Não querendo alongar-me e não deixar de relevar aqui uma nota a propósito desta democraticidade que vamos falando e que é bem deste século e não do século passado. no que diz respeito a este documento e aos trabalhos da Comissão, porque é isso que estamos a fazer, a apreciar o relatório da Comissão e o resultado dos trabalhos, nunca em momento algum e é bom que se diga, nunca a Maioria PSD/CDS-PP impôs, apesar de ter uma maioria numérica na Comissão nunca em momento algum impôs qualquer alteração. Sempre que a Maioria tinha uma proposta que não fosse aprovada na sua essência exclusivamente do PSD/CDS-PP a proposta não era aprovada e, portanto, isto é a prova de que os trabalhos correram de uma forma e profícua e, portanto, saúdo todos aqueles que fizeram parte da Comissão. -----

---**PAULO PINTO (PS)** – Senhor Deputado, eu vou ser sincero, eu não costumo dar lições de moral, mas também não as aceito facilmente, aquela acusação que me fez a mim eu não a aceito de si nem de ninguém, eu nunca trago discurso encomendados nem aceito reparos, agora é verdade que o partido Socialista concerta as opiniões e trabalha em equipa isso é verdade, agora do que o senhor me acusou conhece-me muito mal, já me conhece há uns anos e devia saber que eu não funciono assim. Portanto, estive mal, não vou pedir para vir cá rever isso, mas ficava-lhe a bem fazê-lo. -----

---**TÂNIA SILVA (CDU)** – Senhor Deputado, Ricardo Costa, eu creio que quem se antecipa é o senhor Deputado, porque eu estaria a falar do Regimento antigo, portanto, aquilo que o senhor Deputado veio dizer que a intervenção do público será permitida em todas as sessões será a partir deste momento, o Regimento que nós estaríamos a debater seria o antigo era disso que se tratava, mas se eu não entendi a sua intervenção peço que venha a este púlpito e esclareça-me novamente se faz favor. -----

---**JORGE COSTA (PS)** – O PS refletiu sobre o desafio interessante que os senhores Presidentes de Junta aqui deixaram hoje. Realmente é tempo de se demarcarem desta velha maioria, mas também queria pedir-vos com honestidade, pedir-vos que percebessem que o demarcarem-se desta velha maioria também se faz e acima de tudo politicamente. Alguém tem dúvidas como é que Vossas Excelências votaram sempre em todos os assuntos nesta casa, alguém nesta Assembleia, lá fora no público, em Famalicão, tem dúvidas de qual tem sido o alinhamento político e a postura política dos Independentes, porque isto de ser independente não se prega só, pratica-se, discorda-se, diverge-se, apoia-se, congrega-se, desagrega-se sempre que houver opinião diferente, coisa que não vimos, mas que temos esperança até ao fim do mandato que sempre que discordem percam o medo e não tenham problema algum em manifestá-lo. Mais do que regras formais e aqui estamos inteiramente de acordo com o senhor Vice-presidente da Assembleia, a Lei não permite que se criem no seio dos órgãos políticos figuras paralelas que podem degenerar amanhã num partido, isso tem de emergir da sociedade não há-de ser aqui no seio da Assembleia de criar uma terceira via independente de não sei de quê, isso há-de ser feito lá fora de acordo com a Lei e candidatando-se por esse projeto. E, portanto, nós partido Socialista estamos de acordo com a leitura que a Mesa faz desta matéria. Mas, nada vos impede, nada vos impede de divergirem politicamente sempre que assim o entenderem afirmando uma verdadeira, não é uma independência postiça ou aparente, uma verdadeira independência, um divergir salutar, uma defesa intransigente pelos interesses das vossas comunidades reclamando entre outras coisas obras para as vossas Freguesias, como exemplarmente já aqui fez o Presidente da Junta do Louro sem medo, estão muito a tempo. Apenas para concluir, o Dr. Luís Miranda foi felicitado aqui, mas, também cabe felicitação ao Dr. Luís Ângelo que conduziu de forma exemplar os trabalhos desta Comissão, o que houve foi sempre divergências

políticas, a maioria não permitiu outras divergências e de facto, acabou por tolher o interesse dos trabalhos desta Comissão. -----

---RICARDO COSTA (CDS) – Senhora Deputada, Tânia Silva, nós estamos aqui a analisar e vamos votar o Relatório de Revisão do Regimento, estamos a analisar aquelas que foram as propostas que tiveram e que não tiveram acolhimento. Portanto, fica-lhe bem emendar aquilo que disse, no entanto é disse que nós estamos a falar. -----

- No que diz respeito ao senhor Deputado, Paulo Pinto, senhor deputado com todo o respeito e sabe que tenho muita consideração por si, eu não o vi em nenhuma das reuniões de revisão do Regimento como sabe. E, portanto, vir aqui dizer que esta proposta e este Regimento que vamos aprovar que é do século passado, acusar a maioria PSD-CDS/PP de falta de acolhimento de propostas virtuais, agora estamos na era digital e propostas virtuais estas nunca aconteceram, portanto, nenhum de nós vai votar favorável ou desfavoravelmente aquilo que nem sequer foi apresentado. Nós não votamos, nem deixamos de votar nem favorável, nem desfavoravelmente propostas que não foram apresentadas, e se o informassem muito bem, até a votação do Relatório Vossa Excelência deveria saber como é que ela esteve para acontecer. -----

---RUI SANTOS (PSD) – Apenas para dar uma nota que acho que é de sobre maior importância e tem que ver a propósito de alterações e propostas. Uma proposta que o PSD apresentou, e falando ali também para os senhores Presidentes, por vezes em algumas decisões o artigo 41º que o Deputado Luís Miranda aqui elencou relativamente à duração das sessões, foi um artigo que nos deu alguma discussão e contrariando a norma que estava no anterior Regimento que previa que apenas os líderes dos Grupos Municipais poderiam decidir o prolongamento ou não das sessões. Com a alteração efetuada no artigo 41º nas duas sessões e como todos concordarão poderá ter uma extensão da sua longevidade do orçamento e a das contas, nessas duas sessões e foi bem plasmado esta possibilidade, para além dos Líderes todos os Deputados se o assim

entenderem e ainda que nós entendamos que a discussão se possa prolongar para além das três horas regimentais, e se aqui todos acharem que os trabalhos têm que durar mais 30, 40 e mais 1h,30m, ainda assim, os senhores Deputados com uma votação simples, os senhores Presidentes de Junta todos juntos, aqui com o voto do senhor Deputado do Chega, e com o voto da senhora Deputada da CDU poderão interromper os trabalhos. Portanto nas outras sessões são os Líderes, nestas duas que nós todos e considerarão e convirão que é normal quer no orçamento, quer nas contas a sessão se prolongue, mas aí todos os Deputados passaram a ter um novo direito, foi uma proposta do PSD e foi aprovada por unanimidade, portanto, acho que devia dar aqui este relevo a esta proposta. -----

--- APRECIADO O ASSUNTO, FOI DELIBERADO, POR MAIORIA, COM OS VOTOS A FAVOR, DO PSD, DO CDS/PP, DO CHEGA, DOS PRESIDENTES DE JUNTA INDEPENDENTES, AS ABSTENÇÕES DA CDU E DOS PRESIDENTES DE JUNTA INDEPENDENTES DAS FREGUESIAS DE RUIVÃES E NOVAIS E OLIVEIRA S. MATEUS, E OS VOTOS CONTRA DO PS, APROVAR A REFERIDA PROPOSTA DA COMISSÃO DE REVISÃO DO REGIMENTO. -----

---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (Nuno Melo) – O senhor 1º Secretário recordou-se do parecer que justificou no que tem que ver com os senhores Presidentes de Junta Independentes, a decisão quanto à constituição do Grupo Municipal, só por isso antes de passar ao outro ponto vou-lhe dar a palavra para esse esclarecimento. -----

---LUÍS ÂNGELO OLIVEIRA (PRESIDENTE DA COMISSÃO) – Senhor Presidente de Junta, Duarte Veiga, porque isto a casa da democracia e nós estamos aqui para sairmos todos devidamente esclarecidos, por isso é que eu não gosto muito da palavra que se põe nos pontos da Ordem de Trabalho que é “discussão” porque há

peessoas que levam isso mesmo a peito e discutem mesmo, portanto, eu gosto mais do debate parece-me uma palavra mais apropriada. Relativamente ao assunto quanto aos grupos de cidadãos eleitores, eu recordo-me que o Parecer tinha aqui uma questão de dimensão, ou seja, efetivamente a vossa candidatura é uma candidatura de grupo de cidadãos, mas não tem a dimensão municipal do órgão a que querem fazer o grupo, ou seja, se tiverem amanhã um grupo de cidadãos, vocês os nove criam um grupo, uma candidatura à Assembleia Municipal e podem criar um Grupo Municipal. Foi esse o entendimento e foi essa a ideia que nós seguimos. Espero ter esclarecido, foi uma decisão meramente técnica. -----

---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (Nuno Melo) – Vamos agora entrar nos pontos aditados à Ordem de Trabalhos.-----

---DÉCIMO PRIMEIRO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONTRATO DE ARRENDAMENTO PARA INSTALAÇÃO DE UM ESPAÇO DESTINADO APOIAR OS PROJETOS E AS ATIVIDADES DO SERVIÇO DE GESTÃO E ACOMPANHAMENTO DAS URBANIZAÇÕES MUNICIPAIS. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA.-----

---JORGE COSTA (PS) – A hora vai longa, mas é importante primeiro de tudo parabenizar a Câmara Municipal por finalmente perceber que deve intervir na Urbanização das Bétulas, não interessa só a essência da política, a essência da social democracia que Vossas Excelências estão desapegados há anos, principalmente a partir do Professor Cavaco Silva quando se tornaram um partido liberal, pressupõe o humanismo que as pessoas estejam em primeiro e isto pressupõe que se acompanhem as pessoas, que se percebam as necessidades das pessoas e, portanto, a Câmara está de parabéns por finalmente de forma muito atrasada, com muitos anos de atraso ter percebido a emergência de olhar de forma mais humanizada na Urbanização das

Bétulas. De qualquer das formas, a vossa opção de criar lá um núcleo de serviços de apoio a esta comunidade levanta dúvidas, afinal qual é a opção, trazer estas pessoas e disseminá-las dentro da sociedade, ir aos mesmos sítios que eu vou, que os outros vão, que os outros cidadãos têm de ir, ou dar-lhe um tratamento de exceção que pode ajeitadinho parecer um gueto, um tratamento de gueto para que aquelas pessoas frequentem de forma livre e desimpedida e cidadã as mesmas áreas que os outros. E, portanto, deixamos aqui este reparo, que como dizia o senhor Vice-presidente da Câmara a política é dinâmica, é preciso às vezes ir avaliando, que se avalie muito bem as consequências disto, endureça o fenómeno gueto de que já padece tanto quanto baste esta Urbanização. À parte disso, há que lamentar aqui e às vezes é um agrado e um lamento, já disse o agrado e agora tenho que referir um lamento. Este projeto das Bétulas é vosso e ele não tem nenhuma área não foi pensado com nenhuma área social de apoio e se foi, por que é que não usam, qual é a justificação para não estar a ser usada e temos de ir para soluções de arrendamento externo, o que é que se está aqui a passar?-

---VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Oh! senhor Deputado, estávamos tão bem quando chegou ali e disse que de facto era uma boa opção da Câmara. E sem querer recorrer aqui ao comando da televisão para ir ao canal história, vou-lhe referir que as Bétulas foi um projeto não só da Câmara Municipal, foi ainda do antigo INH, e veio culminar ou acabar tal como já foi referido nesta Assembleia Municipal há pouco tempo, com as barracas em Famalicão. E o que tinha sido feito com as barracas em Famalicão, em vez de as resolver e promoverem tal como foi promovida a Urbanização das Bétulas, fizeram-se contratos de arrendamento nas barracas, havia legitimidade por parte de quem habitava barracas e pelo menos tinham um contrato de arrendamento e pagavam renda à Câmara. E obviamente que quando as Bétulas foram projetadas tinham um espaço social, tiveram assistentes sociais da Câmara, tiveram técnicos de integração da Câmara lá. Mas infelizmente, esses contratos de arrendamento

possibilitaram que existissem pessoas que como nasceram no antigo bairro da estação, todos nós o conhecíamos por isso, tinham eventualmente direitos ou rogavam a ter direitos que sobrepujam a outros que já tinham sido à altura atribuídas casas, e foi necessário esse espaço que foi transformado numa habitação digna. Portanto, neste momento, não existe dentro do prédio das Bétulas a possibilidade de albergar esta equipa multidisciplinar. Mas não estamos a falar da mesma realidade, esta equipa multidisciplinar foi pensada, foi gizada, foi objeto de algum estudo, foi incrementada a sua latitude de atuação, até porque para além de ter técnicos da Câmara, tem inúmeras forças vivas do concelho que têm esta capacidade de integração, de educação desta e de eventuais prevenções de comportamentos para que essa integração suceda para que não seja o gueto que o senhor Deputado conheceu no passado, quando surge as Bétulas era apelidada como um resort de cinco estrelas porque tem muito boas condições, foi muito bem construído, tem todas as capacidades de conforto, tinha e neste momento por algumas situações que lá foram acontecendo, foi conversado e foram objeto com os senhores Vereadores do partido Socialista nas reuniões de Câmara, e foi uma garantia dada também pelo senhor Presidente de Câmara a todos os senhores Vereadores que esta equipa ia funcionar e aqui está aquilo que representa a corporização desta equipa, que eu de uma forma muito sincera espero que funcione muito bem e que impeça aquilo que no passado existia, que teve alguns episódios menos consentâneos com aquilo que é Famalicão nos últimos tempos e acho que vai ser uma solução que irá minorizar no mínimo esses acontecimentos. -----

---**JORGE COSTA (PS)** – Oh! Senhor Vice-presidente, eu gosto muito mais destas sessões quando Vossa Excelência vem, porque ficamos a saber finalmente o que é que se passou nas Bétulas, acabaram com a intervenção social e deram a casa a uma família para habitar, foi isso que disse, a área que estava reservada para intervenção social foi transformada numa habitação, eu não falo chinês ou falo? Bom, de qualquer das formas

a velha maioria jacta-se de ter acabado através das Bétulas com as barracas em Vila Nova de Famalicão. Primeiro, não acabou, porque infelizmente há situações de carência terríveis e o PS reclama reiteradas vezes intervenção social nessa área. Segundo, não é a natureza da construção se é de ferro, se é de madeira, se é de taipa, se é de betão, se é de plástico que diferencia a barraca, haverá sempre barracas enquanto não houver humanismo, humanidade junto das populações, condições de vida, dignidade humana e isso há bem pouco tempo, vimos quando aquelas pessoas viviam ali atoladas em lixo vimos a intervenção já em SOS da Câmara Municipal, não afastou nem adiou os problemas daquele bairro, estavam numas barracas de madeira passaram a viver numas barracas de betão. Eu junto-me nisto ao senhor Vice-presidente da Câmara e o PS junta-se nisto ao senhor Vice-presidente da Câmara para que todos juntos possamos ver se este trabalho social possa mudar a natureza das coisas. -----

---VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Senhor Deputado, enfim, obviamente que a Câmara continuou e recebe todos os dias e recebeu sempre todos os dias condóminos daquela urbanização, todos os dias. Temos um edifício da Ação Social da Câmara que tem técnicas que lá recebem, só deixamos de ter lá um espaço físico por extrema necessidade. Agora quando me disse que gosta mais que esteja, se calhar não devi gostar e sabe porquê, porque eu não consigo compreender como é que alguém consegue referir aqui, ou sequer e nem é a criticar, ir ali falar sobre a política social da Câmara quando todos nós sabemos qual é a herança daquilo que é a política do seu partido, é 1,7 milhões de pobres em Portugal e 4 milhões de pessoas em risco extremo de pobreza. -----

---POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONTRATO DE ARRENDAMENTO PARA INSTALAÇÃO DE UM ESPAÇO DESTINADO APOIAR OS PROJETOS E AS ATIVIDADES DO SERVIÇO DE

GESTÃO E ACOMPANHAMENTO DAS URBANIZAÇÕES MUNICIPAIS. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. -----

--- DISCUTIDO O ASSUNTO, FOI DELIBERADO, POR MAIORIA, COM OS VOTOS A FAVOR, DO PSD, DO CDS/PP, DO CHEGA, DOS PRESIDENTES DE JUNTA INDEPENDENTES E AS ABSTENÇÕES DO PS E DA CDU, APROVAR A REFERIDA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL. -----

---DÉCIMO SEGUNDO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VIA DISTRIBUIDORA SECUNDÁRIA PREVISTA NO PLANO DIRETOR MUNICIPAL (U.F DE VILA NOVA DE FAMALICÃO E CALENDÁRIO E BRUFE) - ESTUDO PRÉVIO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---JORGE COSTA (PS) – A informação parece-nos muito opaca e densa e isso justifica aqui uma pergunta concreta. Vossas Excelências sempre que começam a prever espaços canais e situações do género metem medo ao PS, porque não vão vir a desempenhar eco parques para pavilhões, barracões e afins, portanto, nós perguntamos, qual é o verdadeiro móbil para isto, até porque está conflituante com a mata da Reguladora tem lá uma área arborizada e, portanto, o que é que de verdade esta maioria quer disto? Seja como for não vamos obstaculizar as vossas opções executivas como aqui temos dito de forma reiterada e nessa medida o PS vai-se abster a esta vossa opção executiva. -----

---ANTÓNIO MEIRELES (PSD) – Embora o PS diga que vai votar a favor, ou pelo menos vai votar a favor à sua maneira, que é quando quer votar a favor abstém-se. Eu posso apresentar e posso esclarecer alguma coisa relativamente a este assunto, porque isto já vem desde 1984 e por isso é fácil resolver isto. Portanto, esta Via conforme esta

planta que os senhores têm aí é uma via, como sabem, aquela estrada que passa em Brufe que já está muito condicionada por construções já há muitos anos, esta Via é uma Via alternativa, é um traçado do PDM alternativo à passagem pelo meio de Brufe. Só que os traçados em PDM são feitos à escala um 10.000 e às vezes um 5.000, mas na maior parte dos casos um 10.000 e, portanto, o rigor do traçado e a sobreposição ao cadastro não é plena. Por isso, o canal, o tal canal que o senhor não gosta, mas o canal que é marcado por este traçado é um canal de 30m exatamente para dar a flexibilidade à Via se ajustar em projetos futuros se ajustar ao cadastro, ou às condicionantes morfológicas do terreno. E é este o caso, no troço que aqui é apresentado e eu passava desta planta para uma outra planta, porque quando vi esta planta ela tem aqui um erro de impressão, esta planta só contém um dos Layer, mas não contém o Layer base, eu tive o cuidado de ir à Câmara hoje aos serviços de urbanismo e pedir a planta completa, que a planta que tem a estrutura existente e a alteração que agora é aqui produzida. É exatamente essa alteração que é a correção, ou traçado que está no PDM (mostra a nova planta para o plenário) que é este amarelo e a correção ao traçado, para se fazer um ajuste aos limites dos terrenos a fim de não prejudicar sem necessidade os proprietários e manter-se o esquema viário que está previsto em PDM. É isto que está em causa e é isto que vem aqui hoje, é isso que o PSD irá votar a favor. -----

---**JORGE COSTA (PS)** – Oh! Senhor Arquiteto Meireles, o PS nem gosta, nem desgosta deste traçado, é uma opção da Câmara, não é uma opção nossa que não nos vamos abster, primeiro aspeto. E, portanto, não há nenhuma tolerância à Câmara quando nos abstermos, nós não passámos cheques em branco à Câmara, tenho dito aqui e não vamos começar a passar, não há cheques em branco para este Executivo. E aqui, quando eu venho fazer esta intervenção o que não me preocupa não é o espaço canal 30m mais para aqui mais para ali, o que me preocupa são os sobreiros que lá hajam, as espécies protegidas nas orlas deste espaço canal que vão levar com motosserra e conhecendo eu

como vos conheço, conhecendo os famalicenses como vos conhecem é para dizimar tudo o que fica ao lado deste espaço canal. E, portanto, nós antecipadamente, queremos deixar aqui pública esta preocupação genuína. -----

---**ANTÓNIO MEIRELES (PSD)** – Oh! senhor deputado, o senhor insiste e obriga-me a insistir também, agora entramos no canal ficção. -----

---**VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Senhor Deputado, Jorge Costa, fez-me uma pergunta relativamente a esta proposta, eu prescindi de falar dela porquê, porque nós no executivo não somos especialistas em tudo, temos que confiar nos técnicos. Os técnicos entenderam e veio aqui um técnico da área expor de uma forma absolutamente clara e límpida porque é que foi feita esta alteração, nós temos que confiar neles, confiaremos naquilo que foi a análise do Arquiteto Meireles, até porque já foi técnico desta casa no departamento de urbanismo da Câmara Municipal, mas temos que confiar naqueles que trabalham todos os dias pelos melhores instrumentos de gestão urbanística e que permitam socorrer todas as necessidades do concelho. Acredito que o senhor Deputado seja especialista em todas estas matérias, nós não somos, falamos daquilo que sabemos, portanto, nesta matéria é aquilo que lhe tenho a responder à sua pergunta é que obviamente, foram opções técnicas gizaram isto muito bem explanado pelo senhor Arquiteto e não se pode definir ao traço num instrumento de gestão urbanística em 3D como deve imaginar, se fosse em 3D dava ver que havia uma esquina, um muro, algumas condicionantes da Via, portanto neste capítulo foi aprimorar aquilo que já existia não houve grandes alterações. -----

---**JORGE COSTA (PS)** – Para já senhor Vice-presidente eu não percebo tudo, no PS estudamos, fazemos o trabalho de casa, analisamos, ponderamos, perguntamos quando não sabemos, é assim que nos estamos a preparar para 2025, com trabalho, com afinco. De qualquer das formas queria aqui invocar um grande político deste País, chamado Alberto João Jardim, do vosso partido, que um dia disse, eu desde que vi um porco a

andar de bicicleta já acredito em tudo e, portanto, mutatis, mutandis para esta maioria, eu desde que ouvi dizer que que iríamos defender a área protegida pelas Pateiras e cravamos lá imediatamente com o equipamento coletivo que faz falta à nossa comunidade, bem-vindo o equipamento que faz muita falta à nossa comunidade, a localização é terrível. Eu desde que vi, dizer que se preserva o ecossistema da área de reserva ecológica e com um fio de água com um rio em Cabeçudos através da construção de pavilhões industriais, e eu desde que vi dizer que é para a ecologia o sistema do Monte de Santa Catarina e se abateram descaradamente centenas de sobreiros, é com este temor que aqui fica a preocupação do PS. -----

---RUI SANTOS (PSD) – Senhor Presidente, eu sei que a discussão vai longa e peço desculpa aos senhores Deputados de os maçar, mas ouvir o senhor deputado Jorge Costa, a ver e ouvi-lo falar de tantas questões ambientais e dizer que não passa cheques em branco é o mesmo que ouvir o deputado Luís Miranda ontem vir aqui defender as políticas de juventude e de ambiente e estar muito preocupado com a Câmara Municipal, e depois hoje, dizer que queria estacionamento no centro de uma cidade, ou seja, a pegada carbónica também é só às segundas feiras, às terças é o transporte e também para além do transporte temos hoje a pegada ambiental dos sobreiros que não existem, portanto, é isto que temos dos Deputados do partido Socialista. -----

---JORGE COSTA (PS) – Senhor Vice-presidente de Câmara, (exibe um documento enunciando a questão) uma alteração estava prevista por aqui e agora fizeram aqui uma barriguita para conflitar com outros terrenos. Não sei se me estão a entender, há uma modificação do traçado inicialmente previsto para garantir acessibilidades e eventualmente, numa primeira fase motosserra e numa segunda fase bulldozer intervir em todos estes terrenos. -----

---VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Permitam-me só uma pequena notícia: - “Governo aprova abate de 1821 sobreiros pela EDP para construir

Parque Eólico, o Ministro do Ambiente Duarte Cordeiro autorizou abate de 1800 sobreiros e estes existiam, já estão todos no chão. -----

---**ANTÓNIO MEIRELES (PSD)** – Oh! Senhor Deputado Jorge Costa, não me leve a mal, mas o senhor tem uma cabeça tão suja, tão suja, não sei, mas eu calculo que não seja a sua prática até pela profissão que o senhor tem, espero que não seja a sua prática, mas o senhor põe suspeição em tudo e em todos, só o senhor é que é o santo e só lhe faltam as asas. Senhor deputado, eu vou-lhe explicar, o senhor sabe, mas eu vou-lhe explicar, quando se tem um terreno e uma estrada passa pelo meio desse terreno ficam duas parcelas de terreno, uma fica para um lado e outra fica para o outro lado, certo! Se fôssemos utilizar o seu pensamento sujo, essa estrada a passar pelo meio desse terreno a criar duas parcelas estava a dar capacidade eventual, capacidade construtiva por duas vezes ao mesmo terreno, quando o traçado se ajusta ao cadastro isso não acontece e é um dos princípios do urbanismo, que o senhor não tem que saber, assim como eu não tenho que saber das leis, mas tenho que saber do urbanismo e é um dos princípios do urbanismo ajustar o sistema viário ao cadastro, é isso que aqui está, o resto são suspeições. -----

---**JORGE COSTA (PS)** – Ainda bem que eu não estou sujeito ao crivo de Vossa Excelência, quanto à cabeça suja ou limpa. Esta cabeça suja é licenciada em direito com nota de muito bom, pós-graduada em gestão de empresas, pós-graduada em processo civil, é advogada há vinte e cinco anos com sucesso e, portanto, eu não preciso do crivo para me acreditar na sociedade de Vila Nova de Famalicão de Vossa Excelência, se tenho a cabeça mais suja ou limpa estou sereno nisso, o meu histórico, o meu percurso fala por mim, académico, pessoal e profissional. Entortar as estradas pode dar-vos jeito, mas eu falei de realidades muito dúbias meei-as, falei de coisas concretas e é justo que os famalicenses tenham medo, e é justo que nós em nome dos famalicenses e com a

incumbência de fiscalizar este Executivo mostremos estas preocupações e lancemos estes alertas se mais não for para memória futura. -----

---POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VIADISTRIBUIDORA SECUNDÁRIA PREVISTA NO PLANO DIRETOR MUNICIPAL (U.F DE VILA NOVA DE FAMALICÃO E CALENDÁRIO E BRUFE) - ESTUDO PRÉVIO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA.-----

--- DISCUTIDO O ASSUNTO, FOI DELIBERADO, POR MAIORIA, COM OS VOTOS A FAVOR, DO PSD, DO CDS/PP, DO CHEGA, DOS PRESIDENTES DE JUNTA INDEPENDENTES, AS ABSTENÇÕES DO PS E DA CDU, APROVAR A REFERIDA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL.-----

---DÉCIMO TERCEIRO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DO PROJETO DE REGULAMENTO DOS PROJETOS DE INVESTIMENTO DE INTERESSE MUNICIPAL - FIM DO PRAZO DA APRECIÇÃO PÚBLICA. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---JORGE COSTA (PS) – Ora bem, fica aqui apenas um reparo como presente de Natal à Mesa, ao Executivo, aos meus queridos colegas Vereadores do PS, aos senhores Presidentes de Junta, aos meus amados e queridos também Colegas de Bancada, a todas as pessoas presentes, a Vila Nova de Famalicão um sonho de Esperança até 25, Votos de Um Feliz e Santo Natal, e o meu presentinho é que vou demorar pouco tempo a intervir. Fica aqui apenas, não nos vamos pronunciar especificamente sobre este regulamento, mas de novo com o mesmo temor e a mesma responsabilidade de fiscalização, queremos deixar aqui um alerta. Neste Regulamento ponderam-se benefícios fiscais que são normas de natureza excecional e que terão de ser decididas em concreto por esta Assembleia. Neste Regulamento mencionam-se situações de

Interesse Municipal que dependem de uma deliberação expressa e concreta desta Assembleia, eu e o PS estamos cheios de medo que este tipo de Regulamento acabe por justificar investimentos como aquele que se pretende fazer em Cabeçudos, Deus me livre, acabamos todos noutros sítios. Mas não vamos falar de coisas negativas, o PS não se quer comprometer com esta proposta de novo, é uma opção executiva vossa, uma opção que tem muito de marketing este MadeIN criativo, isso traz nada ou quase nada para Famalicão que se veja é tudo publicidade e marketing deste Executivo e desta maioria. Portanto, vamos abster-nos, um Bom Natal a todos.-----

---VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Senhor Deputado a operação de marketing que o senhor referiu, tem a corporização de 77 novas iniciativas empresariais classificadas com este Regulamento, 297 milhões de euros de investimento e a criação de 1561 postos de trabalho, isto é uma operação de marketing com números. Depois relativamente à competitividade que acresce com este Regulamento em relação aos outros Concelhos, 67 Empresas vindas de outros Concelhos que representaram 216 milhões de euros de investimento e a criação de mais 1966 postos de trabalho. Olhe, eu ainda não vou dirigir-me aos Famalicenses para desejar um Bom Natal, mas a si digo-lhe uma coisa, é uma recomendação de Natal que também alargue aos Famalicenses já agora, se tem medo não compre um cão vá ao CROA que temos muitos lá para adotar e é uma excelente oportunidade para tornarmos a vida de um animal muito mais confortável. -----

---JORGE COSTA (PS) – Senhor Vice-presidente, a generalidade dos senhores Deputados e dos senhores Presidentes de Junta e demais aqui presentes, não mordem, não sei se me entende! E, portanto, eu não tenho medo nenhum que justifique qualquer tipo de animal de guarda. O medo genuíno meu e dos Famalicenses, não é ao nível de precisar de cão, não é defesa pessoal, é das vossas políticas, é isso que cada vez mete mais medo. -----

---POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DO PROJETO DE REGULAMENTO DOS PROJETOS DE INVESTIMENTO DE INTERESSE MUNICIPAL - FIM DO PRAZO DA APRECIÇÃO PÚBLICA. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. -----

--- DISCUTIDO O ASSUNTO, FOI DELIBERADO, POR MAIORIA, COM OS VOTOS A FAVOR, DO PSD, DO CDS/PP, DO CHEGA, DOS PRESIDENTES DE JUNTA INDEPENDENTES, AS ABSTENÇÕES DO PS E DA CDU, APROVAR A REFERIDA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL. -----

---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (NUNO MELO) – Vou dar a palavra para desejarem os Votos Natalícios. -----

---ANTÓNIO MEIRELES (PSD) – Desejo-vos um Santo e Feliz Natal e que o Ano de 2024 seja bem melhor que o Ano de 2023, é isso que todos nós desejamos, é para isso que aqui estamos todos por isso, vamos continuar e tentar deixar as suspeições de parte e falarmos sobre questões reais. Um bom Ano para todos e um Bom Natal para todos. --

---JORGE COSTA (PS) – Apenas para partilhar este espírito fraternal aqui expresso. A Assembleia já acabou e, portanto, a partir de agora e no plano pessoal de forma franca desejo-vos a todos este Santo Natal e aos famalicensenses lembrar-lhes que o PS já pôs a estrelinha em 2025. -----

---ARMINDO GOMES (CDS) – Quero desejar um Excelente Natal e um próximo Ano 2024 que até é um ano par, certamente vai ser melhor que o 2023, ao senhor Presidente da Assembleia, à restante Mesa, aos Funcionários da Câmara, ao senhor Vice-presidente da Câmara, aos senhores Vereadores, senhoras e senhores Deputados Municipais e senhoras e senhores Presidentes de Junta, Público e Famalicensenses, que de facto, o ano de 2024 seja melhor para todos nós que o de 2023, independentemente de tudo que haja dinheiro nas famílias, que haja paz e que acabe a guerra por esse mundo fora, é uma

vergonha nós estarmos a ver na televisão nos telejornais e ver aquilo que se passa pelo mundo fora. Espero bem que isso acabe, muito obrigada a todos.-----

---JOÃO CASTRO (CHEGA) – O ano de 2023 considero que foi um ano horrível, mais uma vez um manto de vergonha cobriu todo o território nacional à conta desta corrupção maldita que subsiste e, portanto, especialmente para os Vereadores ali risonhos que eu me apercebi que se riram durante o tempo todo. Também vou usar as expressões comuns da altura, um Feliz Natal e um Próspero Ano Novo e uma outra, Esperança, que a partir de 11 de março de 2024 as coisas sejam substancialmente diferentes. -----

---TÂNIA SILVA (CDU) – Bem, independentemente da força política que nós representamos ou do discurso ideológico que temos, na verdade desejar um ótimo Natal a todos e uma boa Passagem de Ano, mas um desejo profundo de que 2024 traga na vossa árvore ou o Pai Natal vos traga, ou o Menino Jesus, aquilo que vocês acreditam, mas que vos traga respeito porque acho que 2024 precisa nesta Assembleia. Quanto a nós estaremos cá como sempre estamos coerentes, respeitosos com todas as forças políticas e nisso acho que vocês não nos podem negar, portanto, a luta continua, um Santo e ótimo Natal a todos.-----

---VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (RICARDO MENDES) – De uma forma muito singela, aproveitar para em nome de todo o Executivo, reuniões executivas são menos conflituosas que as reuniões da Assembleia Municipal ao qual vos posso garantir. Desejar à Mesa e a todos os Funcionários da Assembleia Municipal um Santo e Feliz Natal e um 2024 cheio de sucesso e que o País caia finalmente numa rota de desenvolvimento estrutural sustentado. E a todos os senhores Deputados e as Famílias, a todos os Famalicensenses que estão a assistir a esta hora ainda a esta Assembleia Municipal, um Natal cheio de Paz, tranquilidade e que tenham sobretudo

uma palavra muito importante em 2024 que é Esperança e que sejam todos muito felizes.-----

---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (NUNO MELO) – Eu desejo em nome da Mesa um Feliz Natal e um Próspero Ano Novo, e a título pessoal compreenderão excecionando apenas aquilo que tenha que ver com resultados a 10 de março, onde eu gostava muito de ver aquela bancada do CDS de novo na Assembleia da República, portanto, não que seja incompatível percebam que excluem e tudo mais, um Próspero Ano Novo para todos, muito obrigada e até breve. -----

- Não se levantem, pára tudo, temos que aprovar em minuta as deliberações hoje tomadas. -----

---APROVADAS EM MINUTA DE ATA TODAS AS DELIBERAÇÕES TOMADAS

--- Acabada a ordem do dia, passou-se, de imediato, ao período de: -----

-----DEPOIS DA ORDEM DO DIA -----

--- Para este período não há inscrições do público e nada mais havendo a tratar, foi dada a reunião como encerrada à meia noite e trinta minutos do dia seguinte.-----

-----O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL -----

----- O SECRETÁRIO -----

--- Fazem parte integrante desta ata os seguintes documentos:-----

--- Registo de Presenças; -----

--- Documentos referentes aos pontos, cinco, seis, sete, oito, nove, dez, onze, doze e treze.-----

--- Minutas de ata referentes aos pontos, cinco, seis, sete, oito, dez, onze, doze e treze.